

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

EDSON FELIPE DE MORAES

**Geografia e Desenvolvimento Econômico:
existe um pensamento geográfico na Obra de Celso Furtado?**

Fevereiro/2021

São Paulo

EDSON FELIPE DE MORAES

Geografia e Desenvolvimento Econômico:
existe um pensamento geográfico na Obra de Celso Furtado?

Monografia apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Fabio Betioli Contel

Fevereiro/2021

São Paulo

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M827g Moraes, Edson Felipe de
Geografia e Desenvolvimento Econômico: existe um
pensamento geográfico na Obra de Celso Furtado? /
Edson Felipe de Moraes; orientador Fabio Betioli
Contel - São Paulo, 2021.
82 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Geografia Humana. 2. Desenvolvimento Econômico.
3. Celso Furtado. 4. Pensamento Geográfico. I.
Contel, Fabio Betioli , orient. II. Título.

Nome: Edson Felipe de Moraes

Título: Geografia e Desenvolvimento Econômico: existe um pensamento geográfico na Obra de Celso Furtado?

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico a todos que me acompanharam nesses 5 anos de estudos e trabalhos.

Agradecimentos

Aos meus familiares que me apoiaram para entrar na faculdade e me deram condições de realizar esse curso.

Aos meus amigos de curso Renata, Thiago, Wendel e Henrique que dividiram momentos e me acompanharam por toda essa trajetória na universidade.

A minha companheira Mariana que esteve comigo, me apoiando e fortalecendo, em todo processo de concepção desse trabalho e em outros momentos da graduação.

Aos amigos Filipe e Luiz que fiz nessa reta final de curso, o qual foram muito importantes na troca de ideias para a realização desse trabalho.

Ao professor Fabio Contel que além de me orientar nesse trabalho, também me iniciou na pesquisa científica e me ensinou a importância de estudar a Geografia.

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a Universidade de São Paulo pela oportunidade de realizar o curso de bacharelado.

Nada é tão maravilhoso que não possa existir, se admitido pelas leis da Natureza.

- Michael Faraday

Resumo

O presente trabalho pretende fazer uma relação entre o tema desenvolvimento econômico e a Geografia, com o objetivo de identificar possíveis “conteúdos geográficos” em parte da obra do economista Celso Furtado. Com base na leitura de quatro livros do autor, buscamos encontrar em seu discurso palavras ou expressões que são também comuns ao léxico da geografia humana. A partir da seleção destas palavras ou expressões, elaboramos quadros que expõe o que podem ser elementos de um “pensamento geográfico” nas obras analisadas. Conforme essa identificação inicial de termos que nos interessam, buscamos detalhar de duas formas principais a análise deles: 1. classificando o que estamos entendendo como “elementos de conteúdo geográfico” encontrados; 2. coligindo os principais conceitos da geografia que aparecem também nos textos do autor (principalmente espaço, território, lugar, região e paisagem). O trabalho faz ainda um esforço para contextualizar Celso Furtado e sua obra, com base nos seguintes elementos: 1. a sua trajetória acadêmica e na gestão pública; 2. os principais aspectos de seu pensamento e do contexto em que foi produzido. Nos baseamos principalmente na revisão bibliográfica para a execução da investigação, e é importante destacar que a classificação prévia dos temas e conceitos que fizemos tem um caráter exploratório. Assim, a monografia conclui que existe um pensamento geográfico na obra de Celso Furtado, dado o uso recorrente de termos e conceitos de conteúdo geográfico em seus quatro livros analisados.

Palavras-Chave: Geografia Humana, Desenvolvimento Econômico, Celso Furtado, Pensamento Geográfico.

Abstract

The present work intends to make a relation between the economic development theme and Geography, in order to identify possible “geographic contents” in part of the work of the economist Celso Furtado. Based on the reading of four books by the author, we seek to find in his speech words or expressions that are also common to the lexicon of human geography. Based on the selection of these words or expressions, we elaborate tables that expose what may be elements of a “geographical thought” in the analyzed works. According to this initial identification of terms that interest us, we seek to detail their analysis in two main ways: 1. classifying what we are understanding as “elements of geographical content” found; 2. collecting the main concepts of geography that also appear in the author's texts (mainly space, territory, place, region and landscape). The work also makes an effort to contextualize Celso Furtado and his work, based on the following elements: 1. his academic trajectory and public management; 2. the main aspects of his thinking and the context in which it was produced. We are mainly based on the bibliographic review for the execution of the investigation, and it is important to highlight that the previous classification of the themes and concepts that we did has an exploratory character. Thus, the monograph concludes that there is a geographical thought in the work of Celso Furtado, given the recurring use of terms and concepts of geographical content in his four analyzed books.

Key-Words: Human Geography, Economic Development, Celso Furtado, Geographic Thought.

Lista de Quadros

Quadro 1 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico no livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*

Quadro 2 – Conceitos Centrais da Geografia no livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*

Quadro 3 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*

Quadro 4 – Conceitos Centrais da Geografia no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*

Quadro 5 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico no livro *Pequena Introdução do Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*

Quadro 6 – Conceitos Centrais da Geografia no livro *Pequena Introdução do Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*

Quadro 7 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico no livro *A Fantasia Desfeita*

Quadro 8 – Conceitos Centrais da Geografia no livro *A Fantasia Desfeita*

Quadro 9 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico Identificados nas Quatro Obras

Quadro 10 - Conceitos Centrais da Geografia Identificados nas Quatro Obras

Lista de Siglas

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEE – Comunidade Econômica Europeia

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CODENO – Conselho de Desenvolvimento para o Nordeste

CTPDE – Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico

DASP – Departamento de Administração do Serviço Público

DNOCS – Departamento do Nordeste de Obras Contra Seca

DSP – Departamento Serviço Público

EBAP – Escola Brasileira de Administração Pública

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Forças Expedicionárias Brasileiras

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTND – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

ILPES – Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica

ISEB – Instituto Superior de Ensino Brasileiro

JK - Juscelino Kubistchek

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MIT – Massachusetts Institute of Technology

OEI – Organização Econômica Internacional

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UNB – Universidade de Brasília

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução	13
1 Celso Furtado e a Geografia	18
1.1 A trajetória de Celso Furtado.....	18
1.2 A “Mentalidade Desenvolvimentista” em Celso Furtado.....	25
1.3 Pensamento Geográfico e Ideologia geográfica.	32
2 A busca pelos Conteúdos Geográficos na obra de Celso Furtado	36
2.1 O livro Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico	36
2.2 O livro O Mito do Desenvolvimento Econômico.....	42
2.3 O livro Pequena Introdução do Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar	50
2.4 O livro A Fantasia Desfeita	62
2.5 Os Conteúdos Geográficos na obra de Celso Furtado: tentativa de síntese	71
Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas	81

Introdução

A pesquisa aqui apresentada pretende analisar parte da obra do economista Celso Furtado, a fim de identificar se em seu discurso aparecem elementos que podem ser considerados de “conteúdo geográfico”. Em outros termos, buscaremos selecionar de quatro de seus principais livros eventuais formas de “pensamento geográfico”, nos moldes como define o termo A. C. Robert Moraes ([1988] 2005). Os livros selecionados foram: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* ([1967] 1983), *Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), *Pequena Introdução do Desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar* (1980) e a *A Fantasia Desfeita* ([1989] 2014). Sua elaboração foi realizada para o Trabalho de Graduação Individual, no Bacharelado em Geografia. A confecção do projeto original que redundou nesta investigação foi feita com base na escolha de um tema que inter-relacionasse o tema do desenvolvimento econômico com a geografia, à medida que esse conceito tem enorme importância nas ciências sociais brasileiras e latino-americanas. Levando em conta a relevância de Celso Furtado dentro dos debates sobre o desenvolvimento econômico, foi feita a escolha de analisar o teor geográfico na sua obra, a fim de identificar quais as principais passagens nela que tratam de conceitos, temas ou termos que têm relação com a ciência geográfica.

Diante da conjuntura econômica de crise que enfrenta o Brasil no momento de realização desta pesquisa, em suas mais diversas escalas, tem voltado à tona o debate a respeito da necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento, que pode ser encontrado em obras recentes como na de Bresser-Pereira (2018). De forma semelhante, outros autores, como Carvalho (2018), levantam a necessidade de uma série de reformas estruturais a qual o Estado brasileiro deve passar para se reencontrar com o desenvolvimento econômico, geração de emprego, etc. Dentro dessas e outras perspectivas, o que vem se colocando em debate é como o país necessita ampliar a sua capacidade produtiva e buscar a superação das desigualdades sociais e regionais que o assolam ao longo da história.

O que hoje é colocado para parte da atual geração de pensadores brasileiros, outrora era o desafio a Celso Furtado. Desta forma, algumas situações analisadas pelo economista ainda se apresentam atuais no cenário contemporâneo, como as relações de centro-periferia, a baixa complexidade econômica dos países periféricos, a incapacidade deles estarem inseridos em cadeias competitivas globais, as desigualdades sociais pronunciadas, a necessidade de superação da pobreza e extrema pobreza, a acumulação de capital insuficiente, entre outros

temas e problemas. Assim, retomar conceitos da obra de autores “desenvolvimentistas”, pode ser crucial para auxiliar na interpretação do território brasileiro e traçar novos rumos para a transformação do país. Nesse contexto, o papel do geógrafo se coloca novamente como necessário para se discutir a análise e rumos do território nacional. É importante salientar que a concepção de desenvolvimento que guiou o pensamento econômico, no período em que Celso Furtado atuou no Estado brasileiro, foi responsável por transformações significativas no espaço nacional.

Dentre os motivos que justificam a realização desse trabalho, podemos apontar que a perspectiva de desenvolvimento econômico é muito importante para história do pensamento geográfico. Segundo Moraes ([1988] 2005) houve uma “mentalidade desenvolvimentista” na leitura do território brasileiro que conduziu a transformação do espaço nacional durante parte significativa do século XX. Desta forma, a perspectiva desenvolvimentista, uma das promotoras do processo de formação do território nacional, se utilizou de um determinado “pensamento geográfico”, sendo factível realizar a sua identificação.

O entendimento do espaço geográfico, bem como da estrutura econômica, faz parte da congregação de várias formas de se observar a realidade social. Dentro da análise de uma obra vasta e complexa como a de Celso Furtado, podemos procurar compreender seus conteúdos, por diversos olhares, dos quais o geográfico é um deles. Assim, entendemos que a interdisciplinaridade é fundamental para o avanço do conhecimento e buscamos seguir esse caminho na realização desta pesquisa. Nesse contexto, podemos afirmar que Celso Furtado é um dos mais importantes economistas da história do Brasil. Como foi identificado ao analisar sua bio-bibliografia, o autor teve papel importante no diagnóstico dos problemas pelos quais passou o país no seu processo de modernização, bem como teve relevante influência na administração pública (principalmente na transição da década de 1950 para 1960). Durante sua vida e obra, o economista se aliou à perspectiva desenvolvimentista e buscou dar enfoque em seus estudos a esse tema. Assim, os elementos contidos em seus livros são relevantes para serem pesquisados a partir da identificação do seu “pensamento geográfico”.

Além disso, nas leituras prévias para a concepção dessa pesquisa, foi encontrada uma série de temas e termos que se relacionam com aquilo que Moraes ([1988] 2005) denominou como “conteúdo geográfico” de obras de cientistas sociais não-geógrafos. Isso reforça a ideia de que há um “pensamento geográfico” na obra de Celso Furtado. Portanto, foi realizado uma

análise mais minuciosa para buscar estes “conteúdos geográficos” na obra do autor, para responder a pergunta se há de fato um “pensamento geográfico” de Celso Furtado (ao menos nos quatro livros que foram analisados mais sistematicamente). Desta forma, com base nos elementos apontados, a hipótese deste trabalho é que *existe um pensamento geográfico na obra de Celso Furtado*. Portanto, o objetivo desta monografia é apresentar os resultados de uma pesquisa onde foi buscado identificar elementos de sua obra que possam ser considerados como o “pensamento geográfico” do autor.

Nesse sentido, foi realizado um levantamento de termos e temas, além de conceitos centrais da geografia, que possam ser entendidos como sendo o conteúdo geográfico no discurso do autor. Assim, de forma mais detalhada, os objetivos secundários deste trabalho foram:

1. Contextualizar a vida e obra de Celso Furtado de maneira sintética;
2. Analisar o que podemos chamar de “mentalidade desenvolvimentista”, que circulou nos debates que estão na base da formação do território brasileiro durante o século XX, e como esta “mentalidade” esteve presente em Celso Furtado;
3. Apresentar uma explicação para os conceitos de pensamento geográfico e ideologia geográfica que são centrais da pesquisa;
4. Apresentar de forma sistemática os temas e termos de conteúdo geográfico que o autor emprega na sua obra, a partir de uma classificação sintética;
5. Apresentar de forma sistemática a recorrência de conceitos centrais da geografia encontrados nas obras selecionadas de Celso Furtado;
6. Averiguar a presença de um pensamento geográfico na obra do autor, afim de confirmar a hipótese – ou não - do projeto de pesquisa;

A metodologia dessa pesquisa está fundada principalmente na revisão bibliográfica, tendo sido realizado um recorte empírico a partir das quatro obras de Celso Furtado já mencionadas. Levando em conta o tripé proposto por Marconi e Lakatos (2007), pautado em Revisão Bibliográfica, Pesquisa Documental e Trabalho de Campo, é necessário apontar que os dois últimos instrumentos não tiveram relevância para esta investigação. Nesse sentido, a metodologia científica desse trabalho foi voltada significativamente para a leitura de livros, teses e artigos científicos para definir nosso quadro teórico de referência, e para nos auxiliar na sistematização dos discursos das obras de Furtado selecionadas, visando cumprir os objetivos de nossa investigação.

A forma como se pretende realizar esta análise de nosso recorte empírico (os quatro livros mencionados de Celso Furtado), se divide em dois procedimentos principais: 1. Criação de quadros que elenquem os temas e termos de conteúdo geográfico em parte da obra de Celso Furtado; 2. Elaboração de quadros que reúnam os principais conceitos centrais da geografia contidos nas obras analisadas do autor. Para a realização do primeiro tipo de quadros, foi observado ao longo da leitura das obras selecionadas elementos do discurso do autor que traziam temas e problemas que julgamos nitidamente geográficos. A partir desta constatação preliminar, elaboramos um conjunto de parâmetros de classificação, que por sua vez nos permitiriam revisitar as quatro obras e selecionar/destacar os trechos em que estas temáticas se repetem. Os parâmetros definidos foram os seguintes: 1. “Escala Geográfica e Localização dos Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos”; 2. “Aspectos Técnicos do Desenvolvimento”; 3. “Urbanização e Estrutura Agrária”; 4. “Geografia Física e Recursos Naturais”; 5. “Mobilidade, Fluxo e Fronteiras”; e 6. “Demografia e Migração Populacional”. Em todas as quatro obras estes seis “problemas” ou questões de fundo geográfico foram recorrentes. Para cada um destes seis termos ou temas foi observado a quantidade de repetições em que eles foram encontrados durante as leituras, assim como classificados conforme a sua relevância em cada obra, de forma a podermos mensurar/quantificar a importância de cada questão, em cada livro. Em seguida, realizamos uma discussão mais detalhada de cada um desses temas e termos conforme sua aparição na obra, criando uma concepção qualitativa deles.

Para a realização dos quadros referentes aos conceitos centrais da geografia presente nas obras – a segunda parte da análise empreendida -, foram escolhidos previamente oito conceitos que podem ser considerados centrais na ciência geográfica. Os conceitos selecionados foram: “Região”, “Fronteira”, “Espaço”, “Área”, “Território”, “Lugar”, “Meio” e “Paisagem”. O modo como foi feita a busca desses conceitos se baseou na utilização da ferramenta de localização de palavras dos leitores de arquivos em PDF, após todos os quatro livros terem sido digitalizados. Desta forma, foi possível localizar de forma precisa a ocorrência desses conceitos na narrativa do autor. Entretanto, para não haver confusão com as palavras, na medida que os conceitos foram sendo encontrados, também foi observado o contexto em que eles se inseriam, de modo a indicar que as palavras se referiam de fato a um conceito geográfico. Após o levantamento quantitativo dos conceitos centrais da geografia, foi realizada uma discussão de teor mais qualitativo dos mesmos. Lembramos que a definição prévia que fizemos destes termos, temas e conceitos que procuramos na obra, assim como os mecanismos de busca e identificação deles

no discurso do autor têm um caráter experimental, ainda que – esperamos – solidamente baseado em autores da geografia e de outras ciências sociais.

Por fim, cabe destacar que esta monografia foi redigida em duas partes principais: a primeira visa contextualizar a vida do protagonista de nosso estudo - Celso Furtado -, conforme sua trajetória acadêmica e na gestão pública. Nesse ínterim, nos preocupamos também em apresentar a “mentalidade desenvolvimentista”, que faz parte dos debates sobre a organização do território brasileiro no período. Por fim, apresentamos os conceitos de “pensamento geográfico” e “ideologia geográfica” que são base de nosso quadro teórico de referência (MORAES, [1998] 2005).

Na segunda parte da monografia, apresentamos os resultados da pesquisa sobre o conteúdo geográfico do autor - conforme os levantamentos realizados -, bem como uma análise da forma como aparecem os temas e termos de conteúdo geográfico e os conceitos centrais da geografia. Por fim, apresentamos uma síntese final dos resultados. Assim, esperamos trazer contribuições para o debate sobre o “pensamento geográfico” nas obras de cientistas sociais, bem como auxiliar na criação de “pontes” entre o temário da geografia com a questão do desenvolvimento econômico, tema tão caro a Celso Furtado.

1 Celso Furtado e a Geografia

1.1 A trajetória de Celso Furtado

Considerado um dos maiores economistas brasileiros, Celso Monteiro Furtado teve uma carreira marcada pela sua dedicação ao estudo da ciência econômica, ao serviço público e pela sua vontade em transformar o Brasil em uma nação desenvolvida. Durante sua carreira, o economista se dedicou a exercer duas funções principais: teórico da economia do desenvolvimento e subdesenvolvimento e gestor público. Assim, o seu olhar sobre os processos de desenvolvimento que passa o país teve grande impacto, tanto no pensamento econômico, quanto nas metodologias desenvolvidas e aplicadas por ele na administração pública.

Nascido no município de Pombal, no alto sertão da Paraíba, em 26 de julho de 1920 Celso Furtado mudou-se para o Rio de Janeiro em 1939, onde ingressou na Faculdade Nacional de Direito (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), tendo concluído o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais em 1944. Nesse período, atua no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP)¹, como assistente de organização em primeiro momento. Em seguida, passa para o cargo de Técnico de Administração, em 1944, quando vai trabalhar em Niterói, na Divisão de Organização e Orçamento do Departamento de Serviço Público (DSP) do Estado do Rio, um dos tantos *daspinhos*² criados no país (TENÓRIO e WANDERLEY, 2018).

Já nessa época, começa a realizar algumas publicações voltadas a área de administração pública pela revista do DASP, com base nos modelos norte-americanos que estudava na faculdade, afim de contribuir com as reformas administrativas que vinham acontecendo no governo de Getúlio Vargas. Entretanto, no mesmo ano, Furtado parte para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em uma expedição na Itália, momento em que nota a eficiência do Estado de guerra e da reconstrução dos países destruídos através da força do planejamento (TENÓRIO e WANDERLEY, 2018).

¹ O Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) foi um órgão criado pelo governo do ex-presidente Getúlio Vargas (1930 - 1945) durante a reforma administrativa executada durante no período do Estado Novo (1937-1945). Sua função era servir como um órgão de aprimoramento da administração pública, realizando estudos de economia e eficiência administrativas, afim de determinar modificações a serem realizadas, influenciando na organização, orçamento, distribuição de funções, inter-relações entre órgãos e processos da máquina pública.

² Os *daspinhos*, por sua vez, era o nome dado popularmente as sucursais regionais do DASP.

Em 1947, Celso Furtado ingressou no curso de doutorado em economia da Universidade de Paris Sorbonne, concluído em 1948 com uma tese sobre a economia brasileira no período colonial. Em sua tese *L'Économie Coloniale Brésilienne* ou Economia Colonial Brasileira, está a base daquilo que seria uma das suas mais importantes obras: Formação Econômica do Brasil (publicada em 1959). Nesse momento, o autor busca compreender a economia em conjunto da teoria política e da história, se contrapondo ao pensamento econômico clássico, que se pronunciava apolítico e ahistórico ao basear sua metodologia em modelagens formais e estatísticas. Durante o seu período de doutorado, Celso Furtado acompanha a primeira fase do Plano Marshall e da criação da Comissão Econômica para a Europa, onde percebe a ênfase que o Estado tem dentro do processo de desenvolvimento das economias europeias. Ao retornar ao Brasil, em 1948, retoma seu trabalho no DASP e consegue uma vaga para lecionar na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Na FGV, Furtado vai encontrar um ambiente de debates ortodoxo, caracterizado por ele próprio como “asfixiante” (TENÓRIO e WANDERLEY, 2018). Sob liderança de Otávio Gouveia de Bulhões (1906 - 1990) e Eugênio Gudín (1886-1986), o departamento de economia da FGV tinha uma orientação voltada para o pensamento liberal, que vinha na contramão do que o autor havia absorvido em sua experiência na Europa. Mesmo assim, em 1949, Otávio Bulhões indica Furtado para ser membro da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). É a partir de sua entrada na CEPAL que seu pensamento se volta de forma mais definitiva para o estudo da economia e do desenvolvimento econômico.

Com a formação da CEPAL, surge um conjunto de discussões próprias para América Latina, realizada por um grupo de intelectuais latino-americanos que passou a fazer parte do seu círculo de afinidades. Nesta época, fica claro que seu objetivo principal já era proporcionar embasamento teórico para entender os processos desenvolvimentistas que a América Latina passava, dando respaldo em técnicas de administração para o planejamento do Estado como indutor, com apoio da burguesia industrial. Em pouco tempo, os ideários cepalinos se contrapõem aos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do pensamento liberal ortodoxo. O

principal nome da CEPAL, seria o economista argentino Raul Prebisch³ (1901-1986), que assim como Furtado, acumulou uma carreira na CEPAL e em cargos públicos no seu país.

A primeira missão de Furtado, dentro da CEPAL, foi apresentar dados para o “Manifesto de Havana”, artigo de Raul Prebisch lançado com o nome de “*El Desarrollo Económico de América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*”, tido como praticamente um manifesto a industrialização e emancipação da América Latina e, também, a semente de uma nova doutrina intervencionista e antiliberal que desafiava o *status quo* e as teses do comércio internacional (assim como as relações entre países pobres e ricos). Nesse contexto, o autor criticava a teoria das vantagens comparativas, e aponta a deterioração dos termos de intercambio da periferia. Foi principalmente a partir de uma forte influência de Prebisch, e também em função de muitos estudos e metodologias da CEPAL, que Celso Furtado compõe suas principais obras a partir de então.

Exercendo o cargo de Diretor de Desenvolvimento na CEPAL⁴, Furtado volta ao Brasil como presidente da Grupo Misto CEPAL-BNDE, dando apoio a fundação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952. Esse Grupo vem para suceder uma série de três missões econômicas enviadas pelos EUA, com participação de Otávio Bulhões e da FGV, que vinham a propagar as ideias do *mainstream* econômico baseado na ortodoxia e no Estado mínimo. Com o predomínio das ideias do Grupo Misto nesse embate, Furtado auxilia na criação do BNDE e assume uma de suas diretorias, que ocupará até 1958.

Em 1954, Celso Furtado publica o livro *Economia Brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*, dedicado a Raul Prebisch. O objetivo era compreender a economia brasileira através das teorias desenvolvidas pelos membros da CEPAL, o que levou a parte da intelectualidade brasileira a um reexame da estrutura analítica que foi utilizada para examinar a história econômica brasileira até então. Szmrecsányi (2001) vai apontar que os primeiros escritos de Celso Furtado sobre economia surgem nesse mesmo ano em dois artigos. O primeiro

³ Raul Prebisch lecionava a teoria Geral de Keynes na Escola de Economia de Buenos Aires, sendo também responsável por criar e presidir o Banco Central da Argentina de 1935 a 1943, até seu desentendimento com ex-presidente argentino Juan Domingo Perón (1946–1955; 1973-1974). A partir disso, Prebisch passou a ser consultor de economia em diversos países latino americanos, mantendo suas funções na CEPAL.

⁴ Segundo Tenório e Wanderley (2018), Prebisch dá o cargo de Diretor de Desenvolvimento na CEPAL para Celso Furtado como agradecimento pela defesa do Brasil na ONU em transformar a Comissão em um órgão permanente, o que foi feito com grande influência de Getúlio Vargas.

foi uma resenha de uma conferência do professor Ragnar Nurkse da Universidade de Columbia em Nova York, publicado na *Internantional Economic Papers*. O segundo artigo foi uma tradução da segunda parte do último capítulo do livro *Economia Brasileira*. Os dois artigos tinham objetivo de tratar da história do pensamento econômico, levando em conta suas dimensões nos países subdesenvolvidos.

O livro *Formação Econômica do Brasil* (FURTADO, [1959] 2007) é uma obra que marca a carreira de Celso Furtado. Pensado para ser um esboço do processo de formação econômica brasileira, que pudesse ser acessível ao leitor sem formação técnica, o autor cria uma obra que estabelece um marco no pensamento econômico e histórico nacional. Nesse livro, Furtado traça um plano metodológico ao fazer uma leitura keynesiana da história brasileira e estabelecer os parâmetros da acumulação industrial no país. Ricupero (2005) aponta que a importância da obra está associada ao fato dela estar no *hall* das obras que constituem o pensamento social brasileiro⁵. Junto dessa obra, há um leque de outras que se assemelham -, não em conteúdo, mas em originalidade - e que vão funcionar quase que como um “manual” por futuros leitores.

Na constituição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Furtado leva para Recife o Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico (CTPDE) que a CEPAL ministrava no Rio de Janeiro, onde participariam candidatos indicados pelos governos de cada estado da região Nordeste, após aprovação em concurso público e se preparariam para assumirem posições dentro da SUDENE. Além disso, a CEPAL também promove cursos de administração municipal e programação orçamentária por intermédio da Superintendência, em nível de pós-graduação, traçando uma ideia que os planos de desenvolvimento deveriam andar em conjunto com a ciência da administração. Celso Furtado imaginava a SUDENE como uma agente do Estado que exerceria uma ação direta, como promotora do desenvolvimento, de forma a transformar o método de ação do Estado.

⁵ Entre as obras citadas por Ricupero, há um trecho em seu artigo “Celso Furtado e o pensamento social brasileiro” que a retrata assim: “boa parte dessa literatura ostenta a palavra “formação” no título. Para ficar apenas em poucos exemplos significativos: *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr., *Formação econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, e *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido. Além desses livros, *Casa grande e senzala* (1932), de Gilberto Freyre, ostenta na sua primeira edição o subtítulo “Formação da família patriarcal brasileira” e *Os donos do poder* (1959), de Raymundo Faoro, traz a explicação “Formação do patronato brasileiro”. Por fim, a escolha do nome *Raízes do Brasil* indica que a mesma ordem de problemas inspirava Sérgio Buarque de Holanda quando escreveu seu livro, em 1933.” (RICÚPERO, 2005, pp. 372)

Desta forma, a SUDENE tinha um duplo papel, mudar a forma de administração no Brasil e estimular o desenvolvimento de forma regional.

Na entrada dos anos 1960, o processo de substituição de importações ocorrido na América Latina, entra em um momento de crise. Nesse período, surge as autocríticas da CEPAL, o que levaria Celso Furtado a outro momento de reflexão⁶. Em 1961, Celso Furtado ainda lança o livro “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento”. Nessa obra, apresenta pela primeira vez a ideia de que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior do desenvolvimento, mas um fator que surge em conjunto dele, como resultado da expansão espacial das economias industrializadas em direção a sistemas de economias de natureza pré-capitalistas.

Em 1962, Furtado é convidado a formular um plano econômico para o governo João Goulart (1961-1964) que tinha a intenção de vencer o plebiscito e retomar o presidencialismo. Apresenta o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, com base no BNDE. Devido ao sucesso do plebiscito e com o plano econômico, é criado o Ministério do Planejamento, para qual Furtado foi convidado a ser o titular da pasta. Entretanto, o desgaste político durante o governo do ex-presidente João Goulart (Jango) faz o Plano Trienal perder força, sendo Furtado destituído do cargo de ministro. Devido a sua política na SUDENE e no governo de Jango, após o golpe militar de 1964, o economista é caçado e exilado no Ato Institucional 1 da ditadura militar instalada: com isso, inicia um exílio forçado no exterior, e é obrigado a abandonar sua carreira pública e se dedicar somente a sua carreira acadêmica.

Em primeiro momento, passa a lecionar no Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica (ILPES), vinculado a CEPAL. No mesmo ano de 1964, também passa a trabalhar como pesquisador do Instituto de Estudo do Desenvolvimento na Universidade de Yale, nos Estados Unidos. No ano seguinte, passa a ser professor de Economia do Desenvolvimento e Economia Latino-Americana na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Sorbonne,

⁶ Além das autocríticas da CEPAL, também aparecem as críticas marxistas, como a teoria da dependência marxista, com a interpretação de que as propostas e metodologias da CEPAL foram um contraponto a teoria liberal, mas ainda estavam dentro do escopo do capitalismo, enquanto a teoria da dependência marxista apontava que a solução para o subdesenvolvimento era o regime socialista.

dedicando-se também a atividades de ensino e pesquisa nas universidades de Yale, American University e Columbia, nos EUA e de Cambridge, na Inglaterra.

No período que esteve fora do Brasil, as obras de Furtado são classificadas por Szmrecsányi (2001, pp. 351) como “obras de maturidade”. Dentro dessas obras, o autor destaca o livro “Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina”, de 1966. Esse livro é construído com base em um artigo publicado no México no mesmo ano, sob o nome de “*Hacia una ideologia del desarrollo*”, que seria o primeiro capítulo do livro. Outro artigo que faz parte dessa obra, constituindo o terceiro capítulo, foi “*Development and stagnation in Latin America: a structuralist approach*”, publicado em 1965. O livro de 1966 tem como base teórica, economistas como John Stuart Mill e Karl Marx, o último discutido também no ensaio “*Marx’s model in the analysis of the underdeveloped economic structures*”, em 1969.

Outra das “obras de maturidade” publicadas por Furtado nesse período foi o livro Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, em 1967, que vai ser considerada por muitos como o principal livro do autor no que tange a teoria econômica. Outros livros de Celso Furtado que se encaixam no período de “obras de maturidade” seriam Formação Econômica da América Latina, de 1969, e A Economia Latino Americana, de 1976. Ambas as obras se encaixam nos conceitos trabalhados no livro Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, com base em pesquisas empíricas do autor, de forma que trace esse paralelo entre o subdesenvolvimento econômico, seu processo histórico e a sua possibilidade de superação.

Além desses dois livros, Szmrecsányi (2001) vai dizer que existem alguns últimos trabalhos que vieram para enriquecer a obra Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. Dentre eles, há um artigo econométrico publicado em conjunto de Alfredo de Souza, em 1970, com o nome “*Los perfiles de la demanda y de la inversión*”, além de um ensaio em que Furtado retoma e aprofunda as algumas de suas ideias e outras da CEPAL sobre o subdesenvolvimento, originalmente chamado de “*Dependencia externa y teoria económica*”. Outro ensaio publicado a partir de estudos na Universidade de Cambridge foi “Subdesenvolvimento e Dependência: as conexões fundamentais”, em 1973, que vai se configurar como um dos capítulos do livro O Mito Do Desenvolvimento Econômico, de 1974.

Em 1977, Furtado lança o artigo “O Desenvolvimento”, publicado na revista da UNESCO e posteriormente traduzido. Nele o autor busca observar a noção de desenvolvimento econômico com a perspectiva interdisciplinar e filosófica, vinculado aos termos de progresso,

riqueza e dominação, e inserindo-o na racionalidade instrumental do capitalismo. Com isso, mostra como a reprodução ampliada desse sistema econômico baseia-se na apropriação e no uso da tecnologia, e aponta os diversos sentidos do conceito de desenvolvimento, mas também para a problemática que lhe é inerente, com destaque para o subdesenvolvimento. O conteúdo deste artigo vai ser reproduzido no livro *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, de 1980, que apesar do subtítulo, é considerado pelo autor um livro de teoria econômica e complementar ao Prefácio à *Nova Economia Política e a Teoria do Desenvolvimento Econômico*, nesse momento em sua sétima edição.

Em 1981 se filia ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo parte da Comissão do Plano de Ação do governo de Tancredo Neves, e em seguida, nomeado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, mudando-se para Bruxelas. Em 1986, retorna ao Brasil para exercer o cargo de Ministro da Cultura do governo de José Sarney (1985-1990), posição que ocupa até 1988. Pode-se dizer que o livro *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*, publicado em 1984, foi uma obra que está associada a esse período em que ocupou a pasta da Cultura. Nos anos seguintes, voltaria à vida acadêmica, sendo em 1997 eleito para a Academia Brasileira de Letras. Entre as obras de Celso Furtado publicadas nesse período de retorno ao país, algumas merecem destaque por se tratarem de autobiografias do próprio autor.

Furtado trabalha com fatores pessoais e demonstrando algumas análises econômicas, nessas obras em uma trilogia composta pelos livros: *A Fantasia Organizada*, de 1985, *A Fantasia Desfeita*, de 1989, e *Os Ares do Mundo*, de 1991. Em 1999, Furtado também lançaria o livro *O Longo Amanhecer*, onde retomaria algumas características do processo de desenvolvimento do Brasil e refletiria, através de uma série de ensaios, como retomar um projeto nacional para o desenvolvimento do país.

Celso Furtado vem a falecer no Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 2004. Seu pensamento é marcado pela combinação do marxismo, quando leva em conta a historicidade dos fenômenos econômicos e sociais; no positivismo, absorvendo o empirismo e reconhecendo o seu método científico; e a antropologia norte-americana, principalmente no que tange a psicologia e do padrão de consumo das diversas classes sociais (RICÚPERO, 2005). Por ter sido um dos precursores do modelo de substituições de importações, ao atrelar a metodologia

da CEPAL e levar em conta as características da economia brasileira, Guido Mantega (1989) vai dar a alcunha de “arquiteto da economia política brasileira” a Celso Furtado.

Sua vida, por sua vez, pode ser sintetizada por sua ação como homem público que buscava na teoria econômica, social, administrativa e histórica ideias para transformar o Brasil em uma nação desenvolvida. Nesse processo, agiu tanto como intelectual - ao refletir sobre diversas correntes e se colocar no debate com suas séries de artigos e livros -, como também foi um homem da administração pública, assumindo cargos de responsabilidade e buscando colocar em prática suas teses e acúmulos teóricos.

Adentrar na obra de Furtado é uma tarefa necessária para aqueles que aspiram a superação do atraso tecnológico, da pobreza e falta de autonomia estratégica do Brasil. O acúmulo de experiências realizadas pelo país, onde Celso Furtado foi um dos principais contribuintes, exerceram transformações mais do que se significativas na configuração do território brasileiro atual, ainda que não se tenha superado o subdesenvolvimento.

1.2 A “Mentalidade Desenvolvimentista” em Celso Furtado

A concepção de Celso Furtado sobre a necessidade do desenvolvimento ganha grande força durante um período específico da formação do território brasileiro. Como já mencionado, sua trajetória é marcada por uma combinação entre sua atividade acadêmica e suas atribuições como gestor público. A leitura que ele realiza da realidade econômica nacional tem um recorte específico no espaço e no tempo, onde há de se formar uma perspectiva desenvolvimentista para o Brasil.

Entre 1930 a 1990, Bresser-Pereira (2018) afirma que houve no Brasil um período marcado por um claro projeto de desenvolvimento nacional, que buscava fundamentalmente: a industrialização do país. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o projeto chamado nacional-desenvolvimentista inaugurou uma Revolução Industrial Brasileira⁷, que apesar das diversas crises econômicas que o país passou durante o século XX⁸, deu condições para diversas

⁷ “Entre 1930 e 1990, o Brasil teve um projeto nacional – a industrialização – e uma estratégia desenvolvimentista para realizá-lo. Foi no quadro do nacional-desenvolvimentismo que o país formou sua nação, formulou uma estratégia nacional de desenvolvimento e realizou uma Revolução Industrial” (BRESSER-PEREIRA, 2018, p.64).

⁸ Bresser-Pereira (2018) aponta que as crises econômicas que o Brasil passou nesse período foram nos anos de: 1946, 1954-55, 1961-64 e na década de 1980.

transformações políticas e econômicas, que solidificaram um caminho onde há significativa melhora no padrão de vida e um amplo crescimento da renda nacional (ainda que impere a desigualdade social). Conforme Bresser-Pereira (2018), o Estado desenvolvimentista vai perder a força na década de 1990, com a sua transfiguração em um capitalismo neoliberal financeiro-rentista, de ordem global, que favorece uma transformação da figura do proprietário do capital de um empresário e produtor para um rentista e financista. Todavia, é sob a égide do desenvolvimentismo que o território brasileiro se transformou significativamente, saindo de uma estrutura agrária para um país periférico industrializado.

Em meio as transformações no espaço brasileiro que vão ocorrer durante este longo período que levou à industrialização, Moraes ([1988] 2005, p. 106) aponta que: “diferentes leituras do território são feitas na armação da mentalidade ‘desenvolvimentista’, uma das primeiras hegemonias reais na história brasileira”. Retomando a ideia de “país em construção”, o autor coloca que neste período, quando figurou a mentalidade desenvolvimentista, sobressaiu sempre a ideia de nossa formação territorial como “área em expansão”, com a presença de frentes pioneiras estabelecendo a transformação espacial, atrelando ao brasileiro a perspectiva da conquista territorial. Essa leitura do território vai condicionar a transformação do espaço nacional, sua integração sobre as diversas áreas do território e o avanço sobre regiões onde a forma capitalista de reprodução ainda não estava estabelecida: estes avanços e transformações eram guiados pela sua tentativa de superar o subdesenvolvimento e de se realocar no mercado internacional, a partir da intensificação da industrialização.

Ainda segundo Moraes ([1988] 2005) a formação territorial brasileira pode ser entendida a partir das rupturas políticas no país, ligadas também as diversas crises econômicas, que resultam em uma prática de transformação elitista, feita “pelo alto”, sempre em nome da “tutela do povo em nome da integridade do espaço”. O processo de independência do Brasil, Revolução de 1930 ou o Golpe Militar de 1964 são exemplos que assim podem ser interpretados. Nesses processos, figurou o fator da nacionalidade como catalisador do processo que vai resultar em mudanças territoriais. Uma obra de conquista territorial, de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra, com a construção de uma sociedade e um território como elemento de identidade. Desta forma, os estudos da influência da territorialidade na mudança política do país estão em consonância com a compreensão da formação da nacionalidade brasileira. A identidade nacional é “em muito territorial” (Moraes [1988] 2005, p. 96), sendo a nação brasileira formada no quadro do nacional-desenvolvimentismo

(BRESSER- PEREIRA, 2018), a identidade nacional do brasileiro tem como atributo a mentalidade desenvolvimentista.

É no Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que existe uma centralização do poder, uma nova concepção da mentalidade nacionalista e uma preocupação com a cultura e com a formação da identidade nacional. A centralização da política nacional vai se constituir num processo de aumento das reclamações regionais, fortificadas após a Proclamação da República e que vão receber como resposta a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Nesse contexto, Vargas cria políticas territoriais, funda o Conselho Nacional de Geografia e depois o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o levantamento de pesquisa e de aconselhamento a respeito de problemas atinentes ao território. A mentalidade desenvolvimentista do território, como impulso da modernização realizada na revolução industrial brasileira, vai ser o objetivo da geografia institucional desse período, associados a correntes mais pragmáticas do conhecimento geográfico.

No período que pode ser entendido como o “segundo interregno democrático” (MORAES, [1988] 2005, p. 131) que dura entre 1954 e 1964, há uma fase em que o Brasil apresenta novas características, onde o Estado Novo tinha sedimentado novas bases econômicas, de caráter efetivamente nacional, com uma maior consciência dessa identidade em que faziam parte os sindicatos e alguma assimilação das camadas populares. Surge uma opinião pública na sociedade civil, onde as universidades vão ser focos de críticas ao “getulismo”. As ciências humanas se institucionalizam nas universidades e instituições de ensino superior, e passam a discutir estes embates políticos, com críticas a questão racial, ao sistema político, a pobreza, a subordinação externa e outros temas de denso significado social. Em uma passagem do livro *A Fantasia Desfeita* ([1989] 2014), Celso Furtado descreve o quanto o filósofo Jean-Paul Sartre se impressiona com a democracia em construção no país em visita ao Brasil:

“Declarou-se impressionado com a liberdade de expressão que prevalecia no Brasil. ‘Formulam-se abertamente todas as questões, em todos os lugares’, disse, ‘inclusive nas universidades, na presença de seus reitores. Aqui existe uma verdadeira democracia, pelo menos para a maioria que participa da vida política’.” (FURTADO, [1989] 2014, p. 288)

O pós-guerra estabeleceu uma reordenação da produção mundial, com uma nova divisão internacional do trabalho que vai colocar o Brasil em outro patamar na década de 1950. Nessa década, a mentalidade desenvolvimentista está representada pelos governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubstcheck (1956-1961), conduzindo o país a um novo surto

industrial, estabelecendo uma maior metropolização do Brasil e também uma maior introdução de capital internacional nos países, dentro de um contexto de escalada da Guerra Fria e reafirmação da América Latina como posse dos Estados Unidos da América (EUA). Desta forma, o conceito de desenvolvimento e as transformações do território como consequência reúnem uma ampla aliança de largo espectro político, com setores da burguesia, sindicatos e partidos operários. A modernização capitalista do país é defendida pela opinião pública democrática do período, com o objetivo de superação do atraso oriundo da herança colonial.

O planejamento foi uma “arma” utilizada por Juscelino Kubitschek (MORAES, [1988] 2005), para a modernização do país, inaugurando uma espécie de “era dos economistas” no governo federal, na qual se insere Celso Furtado, com os planos de desenvolvimento entorno dos objetivos nacionais. Em torno desses objetivos, há a internacionalização da economia brasileira, entrada de capitais externos para a alavanca do desenvolvimento, ainda que se falasse em desenvolvimento autônomo. Nesse período JK e Vargas instalam novas agências estatais, com destaque para o BNDE, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Instituto de Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A mentalidade desenvolvimentista está acompanhada do desenvolvimento regional nesse momento, mas tendo a direção do Estado nacional como central para as transformações locais. O desenvolvimento regional era para Celso Furtado uma saída para as soluções de problemas estruturais do país, neste sentido, ainda que soe paradoxal o desenvolvimento regional seria uma questão nacional⁹ (FURTADO, [1989]2014). Lecioni (1990) demonstra que “afirmar a identidade regional era afirmar a identidade nacional, pois a construção do sentimento de pertencer a uma região integrada num todo harmônico, sob a direção do Estado, afirmava o sentimento nacionalista” (LECIONI, 1990, p.199). Nesse quadro, a intelectualidade brasileira também apoia esse momento do Estado, onde o pensamento progressista acompanha o projeto de mudança, com uma crença na positividade do progresso.

Nesse contexto, “a geografia não ficou imune ao movimento desenvolvimentista” (MORAES, [1988] 2005, p.136), sendo a expansão territorial um fator que anima os profissionais que pensam a produção do espaço nacional. Os geógrafos participam da

⁹ “Os governadores recém-eleitos falavam uma linguagem ‘desenvolvimentista’, seguramente derivada dos próprios discursos do presidente, mas dirigida contra ele. E dando mais acento ao social. O Nordeste seria o maior ‘problema nacional’, e a construção de Brasília em nada contribuía para minorá-lo. O abandono da região estaria gestando tensões que terminariam por ameaçar a unidade nacional” (FURTADO, [1989]2014, p.228)

construção de Brasília, do Plano Viário, da comissão da Bacia do Paraná-Uruguai, e na legitimação das propostas da SUDENE. O planejamento vem em conjunto de uma melhor regionalização do espaço brasileiro, produzida pelo IBGE. Entretanto, esta geografia produzida para o planejamento está muito associada a um empirismo, que passa a atingir parte do meio universitário. A produção em geografia no Brasil trabalha, em várias instituições, em um nível de baixa abstração e teorização. O geógrafo é tido como aquele que faz o levantamento empírico, mas os projetos são construídos pelos economistas e as críticas ficam a cargo da sociologia. A produção geográfica então, se alheia ao debate político (MORAES, [1998] 2005).

O processo de modernização acirra as contradições sociais num país marcado por profundas diferenças. O ideal nacional não diluía o antagonismo de classes e o processo de cidadania das classes populares vai impor reformas estruturais no Brasil. Dentro da institucionalidade, em que perdura a mentalidade desenvolvimentista, há formação do Plano Trienal para o Desenvolvimento Econômico, encabeçado por Celso Furtado, durante o governo de João Goulart (1961-1964), propondo uma série de reformas de base que teriam como objetivo criar uma nova fase para o desenvolvimento brasileiro. Nos anos 1960 há blocos opostos disputando os interesses de condução deste processo, quando uma parcela da intelectualidade se aproxima das classes populares gerando um novo relacionamento entre cultura e política no Brasil. Celso Furtado retrata que “posto contra parede, Goulart apelou a mobilização popular” (FURTADO, [1989] 2014, p.367). Assim, os núcleos populares apostam na conscientização das pessoas para as reformas de base. A partir desta concepção de progresso, seria somada a ela a ótica da emancipação popular, da busca pelo desenvolvimento para a consciência do subdesenvolvimento. Nesse momento, se forma um grande pensamento progressista no Brasil.

O Golpe Militar de 1964 barra esse processo e coloca o país no rumo do capitalismo dependente e “de ponta”, que reafirma a excludência e a violência institucional como norma de funcionamento. Sem abandonar a mentalidade desenvolvimentista, a ditadura militar que se estabelece no Brasil surge com um Estado melhor aparelhado, dotado de maior poder centralizador e de ágeis instrumentos de planejamento. A Geografia vê boa parte de seus grandes nomes terem que se exilar, como Josué de Castro, Milton Santos, Navarro de Brito, Maria Regina Sader e etc. Em 1970, há o milagre econômico, erguidas sobre o arrocho salarial e as execuções realizadas pelos ditadores. No período que vai de 1964 até 1985, se diversifica

o emprego e aumenta a complexidade do trabalho, a população urbana ultrapassa a rural, aumenta-se o sistema de ensino, com destaque para o de terceiro grau.

Nesse período, são introduzidas com força no Brasil as ideias da chamada *New Geography*. Com o reforço do estímulo ao planejamento, a geografia brasileira passa a sofrer uma influência maior da sua congênere anglo-saxã, ao invés da francesa (que até então inspirava com mais força a “geografia tradicional”). Na geografia anglo-saxã, o maior apelo aos modelos matemáticos e à quantificação (base da chamada “geografia teórica”), revigoram os modelos de economia espacial, dão “prestígio” às teorias locacionais, e tudo isso servindo, à ideologia de intervenção estatal para o ordenamento do espaço, se passando como um ordenamento técnico e racional (SANTOS, [1978]2012). A *New Geography* vai ter como principal instituição debate e divulgação o IBGE, tendo como base as propostas de Geografia fundamentada no neopositivismo, num primeiro momento com formulações “estáticas”, e em um segundo momento, com as teorias de sistemas. Os planos militares associam essa geografia com a geopolítica clássica, como no caso da ocupação da Amazônia, porém sem perder a mentalidade desenvolvimentista¹⁰. Segundo Moraes ([1988] 2005), o encontro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) de 1974 foi o auge da geografia teórica no país, a partir do lema da ditadura de integração nacional.

Todavia, mesmo aí havia peso de resistência democrática, ainda que existisse uma dominância do pensamento conservador. A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, inicia no país uma “abertura democrática”, sem completar a revolução burguesa iniciada em 1930, onde mais de um quarto da população não tem condições mínimas de existência digna, e somente metade dos habitantes tem direitos básicos atendidos. Porém, também havia o país moderno, com a industrialização avançada e um consumo sofisticado. E esses países se relacionam e se complementam. O atraso e o progresso convivem no mesmo espaço, reproduzidos pelas mesmas estruturas. Aos problemas da “herança colonial” se sobrepõem aos processos fragmentadores da modernidade.

As transformações ditadas pela sociedade no período, clamando por uma abertura política e democrática, vai ter consequências também na produção do conhecimento geográfico.

¹⁰ Ver: BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1982

Vários intelectuais intensificam suas críticas às teorias neopositivistas. O aumento dos fóruns democráticos na sociedade civil já mostrava efeitos que vão resultar na chamada geografia crítica, que começa nesse momento. A espacialidade complexa do Brasil é o maior desafio político da geografia crítica brasileira¹¹.

As crises econômica e política pelo qual passa o Brasil na década de 1980 foram responsáveis pelo enfraquecimento do governo militar, mas o governo de José Sarney (1985-1989), que o substituiu ao se eleger indiretamente pelo Congresso Nacional, não conseguiu solucionar os problemas econômicos manifestados principalmente sob a forma de hiperinflação do período, fazendo com que o modelo nacional-desenvolvimentista enfraquecesse de vez (BRESSER-PEREIRA, 2018). Para além disso, o capitalismo financeiro-rentista se consolida na sociedade e no território nacional, seguindo uma tendência de crescimento da década de 1990 em escala global. O novo modelo neoliberal muda a forma como o Estado se relaciona com o território, além de estabelecer novos paradigmas geográficos (que não se pretende abordar nesse trabalho).

Em suma, o período classificado como nacional-desenvolvimentista vai realizar transformações significativas na formação do território brasileiro, mas também na geografia que se relaciona com a mentalidade desenvolvimentista. Passando de um padrão de organização do espaço fundamentalmente agrária-exportador para um espaço urbano-industrial, o período que vai da década de 1930 até 1990 é marcado pelo alto crescimento econômico e pelas disparidades que se criam no território nacional, ainda que esse tenha constantemente tentado se integrar. Nesse contexto, perdurou a mentalidade desenvolvimentista, de um “país em construção”, enquanto os órgãos de desenvolvimento avançavam projetos formulados por economistas que guiavam a transformação do territorial do país. Entre esses economistas, estava Celso Furtado, como já mencionado. Com relação as transformações implicadas no território, só seriam possíveis se realizadas com o auxílio dos geógrafos, que vão ocupar postos em diversos órgãos criados pelo Estado e tendo a função institucional de realizar os estudos

¹¹ Lecione aponta que essa complexidade se manifesta na perspectiva regional, à medida que “a perda de dos vínculos com os processos globais e a obsessão pela desconstrução pós-moderna podem conduzir a uma geografia regional imbuída de uma perspectiva fragmentadora da realidade, na qual a região aparece como um espaço autônomo, bastante diferente das ideias de diferenciação e interdependência das partes de um todo” (LECIONE, 1990, p.199). A perspectiva introduzida pela desconstrução pós-moderna aponta a valorização das realidades locais, em detrimento da questão nacional. Não por acaso, nesse momento também se perde a força os projetos de desenvolvimento nacional.

empíricos sobre o espaço geográfico e dar uma concepção do espaço para que pudesse ser realizado a sua reprodução.

1.3 Pensamento Geográfico e Ideologia geográfica.

Sendo a concepção sobre um lugar ou região importantes para a representação coletiva e memória que as sociedades têm de determinado espaço, é fundamental entender como são produzidas estas concepções ou discursos sobre os lugares e regiões, principalmente os discursos que têm conotação científica e/ou política. Portanto, os discursos que são criados e veiculados sobre os lugares e regiões são reveladores da consciência que as coletividades têm sobre os espaços que vivem, ou que conhecem. A importância de se pensar esse discurso é parte do trabalho do geógrafo, a medida em que ele vai ser o principal responsável – no concerto das ciências humanas e das instituições de planejamento –, por influenciar na transformação na naquilo que é considerado temerário geral da geografia, no caso, o espaço geográfico.

Como mencionado, a concepção e produção do espaço não são realizados somente pela Geografia, fazendo com que esse campo do conhecimento não tenha uma exclusividade sobre ambos. Moraes ([1988] 2005) fez essa análise, mostrando que existem uma série de formas de definir o espaço geográfico - e analisar a paisagem – que não são “sistemáticas”, ou que não possuem pretensão científica. Existiriam, portanto, “geografias tradicionais” ou formas de conhecimento com “conteúdos geográficos”, assim como definições de outras ciências sobre os conceitos e as categorias que podem ser consideradas como eminentemente geográficas (como a própria noção do espaço, mas também território, meio, lugar, paisagem, etc.). Para o autor:

“o rótulo Geografia não recobre todo o campo do conhecimento científico dedicado ao esmiuçamento da temática espacial. A variedade de conteúdo desse rótulo, e o formalismo de querer circunscrevê-lo em nome da continuidade e da tradição, ficam evidentes a essa altura da exposição. A Geografia, em toda a sua diversidade, hoje não abarca sequer a maior porção desse conhecimento. Como visto, com ela convivem disciplinas que margeiam os temas geográficos, disciplinas que se sobrepõem a seus supostos objetos “Geografias implícitas” de outras culturas, Geografias passadas com conteúdos superados, obras de fundamento de propostas geográficas, para não falar dos saberes informais ‘pré-científicos’.” (MORAES, [1988] 2005, p. 31).

A análise de um discurso ou de uma concepção dos lugares ou paisagens se mostra necessária, afim de identificarmos a leitura que se faz e qual seu impacto na produção do espaço. Dado que outras formas de conhecimento também utilizam a categoria *espaço*, portanto, tendo

uma visão concebida sobre ele, é factível que analisemos qual a visão que essas outras formas de conhecimento têm e que de forma ela pode interferir na produção espacial. Para conseguirmos juntar o conjunto de reflexões em torno da categoria de espaço, Moraes ([1988] 2005) propõe o conceito de “pensamento geográfico”, que nos pareceu bastante operacional para a análise da obra de Celso Furtado que estamos propondo. A geografia “sistemática” ou “científica” explicitaria somente parte desse conteúdo, que é muito mais amplo por ser produzido pelas outras áreas do conhecimento, mas também pelo senso comum. Para o autor, pensamento geográfico seria:

“um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecida. Trata-se de um acervo histórico socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. Neste entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura.” (MORAES,[1988] 2005, p. 32).

Esse conceito abrange o termo *pensamento*, servindo como um qualificador de temas trabalhados na consciência de um indivíduo; e *geográfico*, que define o escopo das preocupações a partir da espacialidade dos fenômenos sociais. O pensamento geográfico vai surgir em diferentes contextos discursivos: é possível identifica-lo na imprensa, na literatura, no pensamento político, na pesquisa científica, etc., sedimentando diversos valores e criando um senso comum a respeito do espaço, uma mentalidade a cerca destas questões, um “horizonte espacial coletivo”.

As concepções do espaço atuam na construção material do espaço num dado Estado, como atuam na própria representação do Estado. O processo de criação de um discurso a respeito do espaço não é algo isento de tensões, antagonismos, visões de mundo, e nunca é desconectado do movimento da sociedade. Assim, o discurso geográfico tem embate com alguns problemas do mundo contemporâneo. Isso nem sempre é tido como Geografia, mas por esse discurso que se molda a geografia do planeta. O conhecimento e a prática social com base na geografia que moldam a Terra têm muito mais influência da geografia organizada pelos Estados, e grandes instituições como a mídia, do que pela disciplina acadêmica geografia (apesar de esta sempre ter influência sobre estas instituições). Desta forma, o corte nacional se impõe como uma mediação inevitável por diversos parâmetros: culturais, econômicos ou históricos, relacionando-se com a dialética política-cultura.

Ainda segundo Moraes (*op. cit.*), a forma representativa que chamamos de *espaço* é produzida por uma série de processos históricos e culturais sob uma concepção teleológica, ou seja, partindo de pré-ideações. A Geografia por si só não recobre todos processos que agem na produção, porém um saber geográfico aflora em vários discursos para que o espaço seja produzido. Nesse contexto, alguns desses discursos têm uma conotação e viés político claro, e servem para buscar legitimar certas visões de mundo e ações sobre o território. Estes discursos, portanto, podem ser entendidos como ideologias, mas o que isso significaria?

Moraes ([1988] 2005) propõe, neste sentido, que a ideologia é um conceito definido no contexto em que ele é usado, assim é algo que tenta abranger diversas realidades. No contexto da geografia, o autor vai afirmar que ela parte da geografia enquanto campo de análise, mas não levam em conta seu papel político enquanto veículo do saber. Isso significa que certo número de geógrafos pensavam a relação entre geografia e ideologia a partir do quanto as ideias e valores embutidos no pensamento dos indivíduos estaria influenciando a ciência, mas não como ela estaria reproduzindo um conjunto de ideias.

Moraes (*op. cit.*) demonstra ainda que a relação entre ideologia e geografia se empobrece quando existe uma falta de compreensão sobre a concretude histórica que determinado fenômeno geográfico está inserido. Em muitos casos, diz ele, determinadas mediações são perdidas, entre elas aquelas de cunho político e conjuntural, sendo isso imprescindível para um debate político. Desta forma, estas análises são insuficientes, pois procuram entender determinados fenômenos a partir dos valores do presente, desconsiderando as concepções que haviam naquele espaço no momento de sua construção.

Nesse contexto, temos que ressaltar que há um campo inteiro, no universo das ideologias que compõe a esfera pública de qualquer nação, que podem ser qualificadas como “geográficas”. Estas ideologias seriam aquelas que expressam “uma determinada consciência do espaço trabalhado num sentido político” (MORAES, [1988] 2005, p.44). É neste sentido que o autor propõe que existem, ideologias *territoriais* ou *espaciais*. Assim, esse campo contém a ideia da relação sociedade-espaço, sendo um meio de conjugar o saber geográfico com a *prática política*. Nas palavras do autor, a ideologia geográfica:

“alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito do seu espaço e da sua relação com ele. São a substância das representações coletivas acerca dos lugares, que impulsionam sua

transformação ou o acomodamento dele. Expressam, enfim, localizações e identidades matérias-primas da ação política. Adentrar o movimento de produção e consumo desta ideologia implica melhor precisar o universo das complexas relações entre cultura e política.” (MORAES, [1988] 2005, p.44).

Uma ideologia geográfica traz atributos presentes nos distintos discursos, sejam eles mais “científicos” ou mais ligados à esfera pública, ao senso comum. Mais precisamente, podemos identificar três deles: 1. aqueles que veiculam uma visão do espaço, território, lugar, etc.; 2. aqueles que colocam questões sociais como qualidades do espaço; ou ainda, 3. discursos diretamente normativos do espaço em distintas escalas, onde se planeja e executa os mais diversos projetos de interferência concreta na produção do espaço. Em todos esses tipos de discursos, há presente um tipo de ideologia geográfica, que vão ser fontes para tentar influenciar a forma como se dá a produção do espaço.

As concepções acerca dos lugares e a forma como ele se estrutura na sociedade contém sempre uma teleologia que de ser desvendada, pois é ela que vai dar base a produção do espaço (já que ele é reproduzido de forma social). Cada concepção a respeito do espaço, que parte da consciência sobre um lugar ou região, portanto sendo um atributo do indivíduo, forma uma ideologia geográfica quando tem um sentido político. Fragmentos de um discurso a respeito do espaço, imbuídos ou não de ideologia, mas formando uma consciência sobre ele, vão o que podemos, novamente, denominar de um pensamento geográfico, apoiando-nos em Moraes (*op. cit*).

Essas ideologias e esses pensamentos existem dentro de um contexto cultural, estabelecidos em recortes temporais específicos e inseridos em um - ou mais - pontos do espaço; ou seja, respeitam diferentes formas de representação e consciência que cada coletividade tem de seu meio de vida, e do espaço geográfico em termos mais amplos

Estas considerações estão na base de nossa proposta para o estudo das quatro obras já citadas do economista Celso Furtado. Conforme mencionado, dividimos nossa análise em duas principais partes:

1. Uma primeira para tentar identificar temas e problemas mais “gerais” da obra do autor que tenham em sua base “conteúdos geográficos”; para isso, definimos seis tipos principais destes conteúdos, a partir de uma análise preliminar dos próprios livros do autor: “Escala Geográfica e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos”; “Aspectos Técnicos do Desenvolvimento”; “Urbanização e Estrutura

Agrária”; “Geografia Física e Recursos Naturais”; “Mobilidade, Fluxo e Fronteiras”; e finalmente “Demografia e Migração Populacional”. Estas expressões, segundo nossa leitura, permitiram que extraíssemos das obras todas as menções a estes temas ou problemas geográficos;

2. Uma segunda parte para selecionar no discurso do autor aquelas palavras que são consideradas como categorias – ou conceitos – centrais da geografia; esta identificação, por sua vez, nos permite averiguar no discurso do autor o uso que ele faz destes conceitos e categorias, de forma mais precisa.

2 A busca pelos Conteúdos Geográficos na obra de Celso Furtado

2.1 O livro Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico

A obra *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, [1967]1983) pode ser considerada como escrita no período de “maturidade” do autor (SZMRECSÁNYI, 2001). Essa obra é dividida em cinco partes, onde Furtado faz uma exposição sistemática sobre aquilo que entende como desenvolvimento e subdesenvolvimento econômicos, de acordo com suas premissas teóricas e políticas. Para chegar em uma teoria político-econômica do desenvolvimento, Celso Furtado vai buscar um debate amplo com vários outros economistas e cientistas de outras áreas, onde colhe reflexões que enriqueçam e componham uma análise sobre o tema.

Já na primeira parte da obra, o autor trata de intelectuais relevantes do pensamento econômico clássico, buscando identificar pontos que considera centrais para sua teoria, e que sejam voltados ao tema do desenvolvimento. Dentre esses autores, podemos lembrar Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Knut Wicksell e John Maynard Keynes. A segunda parte do livro, por sua vez, é reservada à proposição do pensamento do próprio do autor, que conceitua a diferença entre crescimento e desenvolvimento, bem como a interdependência desses dois conceitos. Desta forma, aponta os mecanismos de impulso inicial para o desenvolvimento e o papel das invenções e inovações para a sua realização, a partir de uma leitura de Joseph Schumpeter, entre outros autores.

Na terceira parte, o autor faz uma retomada ao seu antigo livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, mostrando as concepções sobre o tema de acordo com um olhar histórico

- que já havia na sua obra anterior -, mas adicionando o legado da Escola Histórica Alemã, com Friedrich List, a perspectiva do *take-off* de W.W. Rostow e as noções de centro periferia de Raul Prebisch.

A quarta parte é reservada especificamente ao subdesenvolvimento, elevando o patamar teórico das antigas teses sobre o tema. Aqui, o autor acrescenta a necessidade de se observar a situação particular da expansão geográfica das economias capitalistas para utilizar recursos-naturais e mão-de-obra de áreas e economias pré-capitalistas, de acordo com suas características estruturais, dando destaque à agricultura, comércio exterior e industrialização. Por fim, também é tratada a dependência externa e subdesenvolvimento, (além de um apêndice sobre as teorias marxistas do capitalismo imperialista).

A última parte - inédita até o momento de publicação da obra -, é o momento onde o autor trata da necessidade da modificação estrutural para superar o subdesenvolvimento, retomando a tendência à estagnação e ao desequilíbrio externo que ocorrem em economias subdesenvolvidas. No encerramento da obra, Furtado escreve com um teor mais político, quase que como num “manifesto”, onde ele busca discutir as possibilidades de integração regional no continente, assim como discorre sobre a polarização desenvolvimento-subdesenvolvimento em escala planetária.

Feita esta apresentação esquemática do livro, podemos nos perguntar: quais os temas e termos de conteúdo geográfico que encontramos em seu discurso nessa obra de Celso Furtado? A síntese de nossa resposta está no Quadro 1, logo abaixo. Após a análise dos temas e termos, os conceitos centrais da geografia que encontramos serão apresentados também (no Quadro 2).

Quadro 1 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico no livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, [1967] 1983)

1º	Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos	88
2º	Aspectos Técnicos do Desenvolvimento	55
3º	Urbanização e Estrutura Agrária	40
4º	Geografia Física e Recursos Naturais	25
5º	Mobilidade, Fluxo e Fronteiras	22
6º	Demografia e Migração Populacional	17

Sobre os temas e termos de conteúdo geográfico presentes na obra mencionada, temos como destaque os que dizem respeito a Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos

Econômicos, Sociais e Políticos. Sobre ele, Furtado tem a noção de diferenciação dos espaços a depender de seus recursos naturais, desenvolvimento e incorporação do capital ou da renda per capita e seu fator histórico. O espaço uma vez alterado pelo desenvolvimento, não consegue voltar a se tornar exatamente como era antes, devido a introdução de uma nova técnica que se torna endógena a cultura local.

No processo histórico do desenvolvimento, há uma tendência de especialização de regiões em zonas rurais e urbanas, à medida que surgem centros comerciais. A diferenciação entre um ambiente de produção e outro de comercialização, gera o corporativismo entre aqueles que comercializam, que vai ter efeito no aumento dos preços. Ao passo que avança o desenvolvimento, surgem locais especializados na produção industrial, onde impera entre as empresas o *laissez faire*, com a produtividade passando a ser fator determinante para os preços. No decorrer do processo de expansão industrial, há uma expansão geográfica das indústrias, ocorrendo também um deslocamento de mão-de-obra, capital e técnica para outros locais, alterando as relações de produção. Se essa expansão ocorre em áreas já densamente povoadas, há uma organização de economias dualistas, manifestadas em espaços com parte da economia funcionando dentro do regime capitalistas e outra parte dentro do regime pré-capitalistas, mas combinadas de forma integrada.

A expansão geográfica da indústria vai ter impacto em duas teorias, ressaltadas por Furtado. Uma é a das vantagens comparativas, que vai ter como efeito a especialização dos países periféricos na produção de baixo valor agregado, fortalecendo os centros dominantes do sistema capitalista. Na desconcentração geográfica da industrialização, a introdução de empresas transnacionais vai se aproveitar dessa característica dos países subdesenvolvidos para se instalarem. A outra teoria que o autor ressalta é a de polos de crescimento de François Perroux, onde destaca que um determinado grupo ou nicho de indústrias como um elemento de maximização de economias externas, em dado espaço, formam um polo. Em países subdesenvolvidos existem apenas um ou dois polos, o que tem como efeito uma maior concentração de renda, capital e infraestrutura.

O segundo item de nossa classificação sobre temas e termos de conteúdo geográfico que ganhou maior relevância são os Aspectos Técnicos do Desenvolvimento. Estas expressões e trechos da obra, estabelecem que a Técnica é fator de combinação de capital fixo, variável e recursos, que variam com o espaço em que está inserida, fazendo com que um mesmo nível de

técnica possa ter produtividade diferente em duas regiões distintas. Nesse contexto, o progresso técnico passa a ser definido pelo o acúmulo de capital em determinado local, já que quanto maior o acúmulo técnico, maior a possibilidade de combinações com o capital variável e os recursos disponíveis, gerando possibilidades de inovações. A técnica passa a representar o máximo possível do que se pode extrair da mão-de-obra e dos recursos naturais de determinado lugar.

Na perspectiva histórica, o avanço técnico ocorre com maior intensidade na passagem das economias comerciais para as industriais, quando foi necessário um melhor conhecimento do meio físico para o melhor aproveitamento dos recursos. A expansão geográfica da indústria também significou a introdução de um determinado aspecto técnicas no restante do mundo. Nesse contexto, o comércio internacional é um canal de entrada de diversas técnicas em países subdesenvolvidos, onde a agricultura tradicional, em estado técnico estacionário, gera produtos para exportação que vão ser aproveitados no processo de modernização e substituição de importações ao mesmo tempo que estimula a especialização agrícola nos países subdesenvolvidos. A especialização agrícola da periferia passa a ser fator de expansão do processo de ampliação do sistema global capitalista, onde ela se industrializa em um nível técnico defasado comparado ao centro.

O terceiro elemento de nossa classificação foi sintetizado no item Urbanização e Estrutura Agrária, onde o autor destaca que a produção de alimentos está relacionada com as novas formas de consumo geradas pelo modo de vida urbano, um modo de vida que estimula a concentração de riqueza na mão de um grupo específico, podendo ser militar, comercial, industrial, etc. Na perspectiva histórica, o antigo sistema escravista-comercial gerava uma demanda do campo por aqueles que eram livres nas cidades, estimulando o desenvolvimento da técnica agrícola. Ainda que essas sociedades tenham entrado em declínio econômico, a introdução dessas novas técnicas não foi perdida na Idade Média. Já no período renascentista, há formação de núcleos urbanos funcionando como entreposto que financiavam o comércio em outros locais, ao mesmo tempo que se apropriavam de excedente do campo por intermédio do corporativismo. Com efeito, há uma tendência ao fim do feudalismo, ao passo que a economia urbana prospera, com diversificação de consumo, criação de linhas comerciais e aumento na produtividade do campo. A prosperidade da economia urbana comercial cria uma demanda que vai ser necessária para a dinamização da industrialização, que operando sob regime de *laissez faire*, vai estimular um maior progresso tecnológico.

No caso brasileiro, as consequências da urbanização e da estrutura agrária vão ser relacionadas ao conceito de poupança invisível (ideia proposta inicialmente pelo economista Ragnar Nurkse), e tendo impacto no preço dos alimentos. Tido que o país tem uma estrutura dualista, no meio rural existe uma concentração de terras na mão de uma minoria voltada para a exportação, implicando na terra ser um fator escasso e, na maioria das vezes, de baixa qualidade para a maioria da população. O nível de subsistência que se cria nessa relação, vai colocar uma parcela significativa da massa de trabalhadores rurais na parcela pré-capitalista da estrutura econômica, tendo como efeito um baixo custo de realocação dessas pessoas na parcela capitalista, como se fosse uma espécie de poupança oculta do país. Já no meio urbano, a economia é voltada para o consumo de uma minoria com renda elevada em relação ao restante da população. Essa minoria vai ter seus serviços voltados para o mercado interno, ao passo que demanda por alimentos oriundos do ambiente rural, estão competindo com as linhas de exportação dos produtores rurais. O resultado é uma menor renda real dado o encarecimento do preço dos alimentos na cidade, ao mesmo tempo que maior parte da população tem baixo nível de subsistência.

Com base nesse raciocínio, Furtado demonstra um modelo da tipologia da Estrutura Agrária de países subdesenvolvidos, onde predomina a agricultura tradicional, imaginando como elas teriam rendimentos crescentes. As variáveis do modelo seriam as situações: a) Terras abundantes com população em crescimento: rendimentos constantes; b) Terras escassas com população em crescimento: rendimentos decrescentes; c) Terras escassas com população estacionária: rendimentos constantes. Na situação “b” o excedente médio por trabalhador produzindo estaria em queda, fator que faria essa população desaparecer ou estabilizaria o excedente, caso ela parece de crescer, chegando a situação “c”. Desta forma, conclui que para uma agricultura tradicional ter excedente crescente, deveria prevalecer a situação “a”, com terras abundantes e população rural em expansão, com o excedente *in natura* crescendo com menor rapidez que a população rural.

O quarto item de nossa classificação sobre os temas e termos de conteúdo geográfico foi intitulado Geografia Física e Recursos Naturais. Nestas passagens, o autor mostra que os recursos naturais podem ser considerados como um elemento não econômico que estrutura o sistema, variando no espaço e que tem relação direta com o nível técnico estabelecido. Nesse sentido, a produção industrial é um meio de transformar e adaptar os recursos naturais, com base no que se conhece do meio físico. No caso da industrialização brasileira, ela tem um grande

excedente de recursos naturais a disposição, que também servem de atração para empresas transnacionais. O processo de industrialização brasileiro vai ser com base na modernização, onde os recursos naturais vão ser utilizados preferencialmente utilizados para exportação e atração das empresas transnacionais, em detrimento de sua utilização na indústria nacional.

Observando os temas e termos de conteúdo geográfico relacionados a Mobilidade, Fluxos e Fronteiras, ele é tratado a partir da circulação e informação produzidas pelo mercado conforme o comportamento dos agentes econômicos: consumidor, comprador de título, empresário, etc. Essas informações são organizadas em redes dando novos estímulos ao comportamento dos agentes. Desta forma, um agente individualmente não altera uma curva de oferta e demanda, mas combinadamente os agentes podem ditar tendências para alterá-las.

O conceito de fronteira econômica também aparece nesse conteúdo geográfico, através da ideia do deslocamento da modernização do espaço conforme a organização social, podendo ser utilizado como fronteira agrícola, comercial ou econômica. Outra forma que esse conceito aparece é a partir da convergência das teorias de Rosa Luxemburgo e Stuart Mill, quando tratam que a destruição de formas pré-capitalistas dentro de um país, que levaria os atores capitalistas a operar na destruição dessas formas em outros locais. A isso, acrescenta a análise de Hilferding que aponta o papel da gestão e organização de relações públicas e financeiras nesse processo de deslocamento das fronteiras capitalistas pelo mundo.

O último item de nossa classificação sobre os temas e termos de conteúdo geográfico que aparece nessa obra é Demografia, Migração Populacional, que é tratado de forma pontual, como por exemplo, quando fala que a introdução do modo de vida urbano foi estabelecida em uma parte ínfima da população, mas que foi suficiente para alterar a demanda que estimula a industrialização. Nesse contexto, a migração de/para regiões urbanas era também um fator que alterava a demanda, pois modificava a população absoluta. A migração também podia ser entendida como meio de superar o dualismo econômico, caso fosse realizada para diminuir a pressão sobre a terra e aumentasse o valor do salário rural e diminuísse a poupança oculta. Por outro lado, se houvesse um crescimento da população de modo que aumentasse a pressão sobre determinada terra, operaria o freio malthusiano, ou seja, um mecanismo natural de interromper o crescimento da população por falta de produção de alimentos.

A partir da análise dos temas e termos de conteúdo geográfico presentes nessa obra de Celso Furtado, foi realizado uma análise dos conceitos centrais da geografia identificados na

obra e a forma como eles interagem com o restante do conteúdo geográfico, assim dando mais aspectos do pensamento geográfico contido nessa obra.

Quadro 2 – Conceitos Centrais da Geografia no livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, [1967] 1983)

1º	Região	37
2º	Fronteira	17
3º	Espaço geográfico	13
4º	Área	11
5º	Território	2
6º	Lugar	2
7º	Meio geográfico	2
8º	Paisagem	-

Conforme foi possível observar, na utilização dos conteúdos geográficos, o conceito de região é o que se destaca, principalmente quando Furtado o discute a partir do tema Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos, mas também na diferenciação entre as regiões quanto aos termos Urbanização e Estrutura Agrárias. Dentro desses mesmos temas ou termos, temos os conceitos de Espaço Geográfico e Área, mas ocorrendo com menor recorrência.

O conceito de Fronteira é razoavelmente utilizado, pois geralmente é mencionado quando se trata de Mobilidade, Fluxo e Fronteiras. Como já mencionado, frequentemente o autor se utiliza do conceito de Fronteira para tratar de expansão do modo de reprodução capitalista ou das estruturas centro-periferia. Por fim, os conceitos Lugar, Meio Geográfico e Paisagem são pouco relevantes na obra, sendo que o último nem aparece ao longo do livro.

2.2 O livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*

Celso Furtado introduz na sua obra o olhar para o meio ambiente a partir da publicação do livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, 1974). Analisando o estudo chamado *The Limits to Growth*, organizado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), o autor coloca em voga o quanto a noção de parte daqueles que defendiam o desenvolvimento - até o momento de publicação dessa obra - estava baseada em um “mito” como orientador do pensamento (FURTADO, 1974). Nesse contexto, o livro está dividido em quatro partes resumidas a seguir.

Na primeira parte, o autor demonstra o significado do conceito de “mito”, tratando das possibilidades que têm os países subdesenvolvidos para se desenvolverem diante do quadro de disparidade em relação ao centro do sistema em seu contexto tempo histórico. Nesse contexto, aponta a impossibilidade da replicação total do padrão de consumo dos países do centro em todo o mundo, tendência essa já apontada no estudo do MIT. Porém, o estudo *The Limits of Growth* se baseia na quantidade de recursos naturais somente, enquanto Celso Furtado acrescenta a relação centro-periferia, de acordo com a dinâmica do capitalismo global de criar diferenciações de consumo de recursos naturais entre os países. Portanto, nessa parte o autor conclui que o desenvolvimento econômico – entendido como os povos pobres podendo algum dia desfrutar do modo de vida dos povos ricos naquele contexto histórico - é de fato um “mito”, uma vez que está estruturalmente condicionado a não se realizar em escala global e, assim, impossibilitando a maioria da população mundial de ter condições de consumo semelhante a uma minoria de países desenvolvidos. Todavia, ainda que pudesse haver um nível de consumo do centro no mundo todo, isso seria barrado pelo nível de recursos naturais, conforme apontou o estudo do MIT.

Na segunda parte do livro, Celso Furtado explora melhor as conexões entre subdesenvolvimento e dependência. Nesse sentido, o autor aponta que os pontos centrais dessa conexão estão baseados nas condições históricas ligadas a divisão internacional do trabalho estabelecida pelos países que realizaram a Revolução Industrial primeiro - estimulando o aumento do comércio global -, onde se formou uma alta taxa de exploração dos países periféricos, primeiro, pelo processo de colonização e, depois, com a introdução das multinacionais. Baseado em um processo de modernização, as economias dos país periféricos se mantinham subdesenvolvidas, pois acumulavam uma maioria de pessoas em nível de subsistência e incapazes de estimular as empresas locais a realizarem um salto tecnológico. Dentro da concorrência imposta com o progresso tecnológico, o processo de modernização passa a ser dependente das importações e das empresas multinacionais que se instalam no território, remodelando a dependência e aprimorando a tendência de deterioração dos termos de intercâmbio.

Na terceira parte do livro, Furtado discute o modelo de subdesenvolvimento brasileiro de forma específica. Nesse contexto, ressalta que o aumento de renda que aconteceu no Brasil no período, principalmente com base nas vantagens comparativas em função da agricultura. Também mostra como ocorre os limites de crescimento da produtividade, aplicando o modelo

do economista Arthur Lewis, atentando aos dois tipos de consumidores que surgem no processo de modernização: a maioria em nível de subsistências; e a minoria com alto padrão de vida. Dado que a indústria brasileira não atinge o progresso tecnológico, pois não há estímulo a substituição do capital humano por maquinário, Furtado estabelece que o problema do Brasil não é especificamente de demanda efetiva - tema caro ao *keynesianismo* - mas do perfil da demanda e oferta da mão-de-obra. Por fim, estabelece que o Estado brasileiro deveria garantir que a mão-de-obra brasileira migrasse do nível de subsistência para o nível em que os trabalhadores recebessem ao menos um salário mínimo, ao mesmo tempo que estimulasse a população de maior renda a consumir bens-duráveis, além de estimular, também, a importação de máquinas e equipamentos, afim de diversificar a oferta e a demanda da economia brasileira e estimular o progresso tecnológico.

A quarta e última parte do livro, traz uma discussão entre “objetividade” e “ilusionismo” na economia. De forma sucinta, Furtado discute a metodologia e o papel dos modelos formais de acordo com o contexto econômico. De certa forma, não defende que a metodologia baseada nesses modelos seja abandonada, mas que seja trabalhada dentro de um contexto histórico, com base em uma análise que leve em conta variáveis heterogêneas - entre outras condicionantes. Como exemplo, questiona a variável do Produto Interno Bruto na análise econômica, pois ela é homogeneizadora da população e não trata de questões ambientais ou da qualidade de vida da população. Assim, demonstra como é necessário colocarmos objetivos amplos ao traçarmos uma estratégia de desenvolvimento, de modo que a economia siga parâmetros que se preocupem com assuntos aquém de si mesma. Portanto, Celso Furtado estabelece a necessidade de pensar outras formas de desenvolvimento possíveis e diferentes do que estava sendo realizado no período em que publica o livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*.

Após a apresentação sintética do conteúdo deste livro, apresentaremos os temas e termos de conteúdo geográfico nessa obra de Celso Furtado - assim como fizemos no livro anterior - de forma organizada no Quadro 3. Em seguida, também faremos uma análise dos temas e termos, para em seguida apresentarmos conceitos centrais da geografia no Quadro 4.

Quadro 3 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, 1974)

1º	Aspectos Técnicos do Desenvolvimento	37
2º	Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos	34
3º	Geografia Física e Recursos Naturais	32
4º	Mobilidade, Fluxo e Fronteiras	13
5º	Demografia e Migração Populacional	8
6º	Urbanização e Estrutura Agrária	6

Sobre os temas e termos de conteúdo geográfico presentes na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, temos três de grande relevância conforme o Quadro 3 na seguinte ordem: Aspectos Técnicos do Desenvolvimento, Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos e Geografia Física e Recursos Naturais.

Sobre o primeiro grupo de temas e termos de acordo com sua recorrência - Aspectos Técnicos do Desenvolvimento -, o autor aponta que existe uma tendência de uma parte dos economistas estudarem o desenvolvimento tendo como base o progresso técnico. Por este motivo, sempre que esses economistas são confrontados com a exploração de recursos naturais e os limites físicos do planeta, apostam na evolução da técnica como agente de superação desse limite. Essa solução passa por uma melhor combinação dos recursos por intermédio de uma técnica de melhor eficácia, de forma que o limite físico de exploração do planeta se torne mais distante. Para Furtado, entretanto, a heterogeneidade do processo técnico destinaria aos países subdesenvolvidos a um atraso relativo em relação aos países desenvolvidos, não conseguindo utilizar técnicas de maior eficácia na combinação de recursos naturais, densidade populacional, renda, etc. em seus respectivos territórios. Técnicas modernas, capazes de combinar esses elementos com eficiência, estão em posse de empresas multinacionais e são aplicadas em países periféricos segundo o interesse de seus proprietários, afim de gerar uma lucratividade na internacionalização da técnica que garanta, ao mesmo tempo, a exclusividade de uma técnica mais moderna na matriz da multinacional e a defasagem tecnológica da periferia em relação ao centro. Desta forma, a evolução técnica não é capaz de superar os limites físicos do planeta, pois não está organizada de forma homogênea e com esse propósito, de forma que mantém a exploração de recursos naturais ignorando esses limites.

Ao criticar a teoria das vantagens comparativas, Celso Furtado demonstra o impacto que o processo de modernização tem em países subdesenvolvidos ao se especializarem em um tipo

de produção com técnicas menos sofisticadas em relação aos países desenvolvidos, porém, mantendo um padrão de consumo semelhante. Essa defasagem técnica leva a um não aproveitamento dos recursos locais conforme o consumo, de forma que as vantagens comparativas formadas na periferia não são benéficas aos países subdesenvolvidos. Além disso, a análise dos efeitos do processo de modernização, deve levar em conta que economias subdesenvolvidas são dualistas, ou seja, nível de salário é muito baixo já que parte da população não está incluída no sistema capitalista, portanto, não estimulando a inovação técnica como ocorre nos países do centro do sistema. Esse tipo de especialização geográfica influencia na formação técnica. No caso brasileiro, o crescimento da industrialização no século XX ocorreu com a criação de novos processos e absorção do progresso tecnológico do exterior, porém sem uma elevação dos salários devido as condições de uma economia dualista. O efeito disso é uma economia com a demanda pouco diversificada e uma industrialização horizontal, ou seja, em grande número, mas baixo nível tecnológico.

Passando para os temas e termos de conteúdo geográfico sobre Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos, Celso Furtado leva em conta que o desenvolvimento do sistema de divisão internacional do trabalho foi construído pela Inglaterra, o que gerou uma concentração geográfica da acumulação de capital dado as economias externas e de escalas, que se aglomeram no entorno das primeiras indústrias, beneficiando o país. Quando os países da periferia passam a se industrializar, eles têm seu espaço menos ligados ao seu sistema nacional, começando a ser semi-unificados ao sistema capitalista. Nesse período, os recursos financeiros postos à disposição das grandes empresas cresce consideravelmente, dado que o sistema bancário americano se expande mundialmente e o europeu regionalmente. Nesse processo, as empresas transnacionais operam favorecendo as economias do centro do sistema. Por outro lado, as economias subdesenvolvidas utilizam o Estado em um esforço nacional para mitigar os efeitos da concentração geográfica da acumulação de capital, embora o Estado pudesse estar vinculado ao interesse externo inúmeras vezes. Além disso, o modelo de substituição de importações realizou esquemas de ingração sub-regionais sob forma de zonas de livre comércio, união aduaneiras, etc. que permitiram o maior alcance a esse modelo em alguns casos, inclusive dando fôlego quando esse modelo estava se esgotando em meados do século XX.

Passando para os temas e termos de conteúdo geográfico relacionados aos Recursos Naturais, percebemos que ele tem mais importância nesse livro do que nas demais obras. Com

isso, o autor compreende que o desenvolvimento é um processo que realiza transformações e impactos no meio físico. Em críticas ao estudo *The Limits of Growth*, formulado pelo MIT, mostra como o pressuposto do estudo desconsidera que as fronteiras de recursos não-renováveis dos países periféricos já estão abertas para a exploração pelos países do centro, de forma que a insustentabilidade ambiental do desenvolvimento que aponta o estudo é infundada, já que está pautada na falta de recursos naturais caso os países subdesenvolvidos reproduzissem o modelo dos países do centro, sendo que esses recursos já estão sendo utilizados. Além disso, aponta que a maioria dos economistas se esquivam do fato que a exploração do meio físico faz parte do processo de criação de valor.

Em perspectiva histórica, Furtado fala que o desenvolvimento ocorre primeiro nos países do centro, pois souberam adequar suas técnicas a utilização dos recursos naturais presentes no processo de industrialização. Quando ocorre a ampliação do sistema capitalista para o restante do mundo, ocorre a busca por recursos naturais semelhantes em outros países, impossibilitando o controle e coordenação local dos recursos naturais. Realizando um modelo para explicar esse processo, o autor prescreve que o aumento da renda de uma comunidade pode ocorrer por meio de três processos diferentes: a) desenvolvimento econômico, que significa acumulação de capital e aumento de eficiência na produção; b) exploração de recursos naturais não renováveis; c) realocação de recursos visando uma especialização num sistema de divisão internacional do trabalho. Os países subdesenvolvidos, pelo processo de modernização, aumentam sua renda conforme o item c e b. No caso do Brasil, houve o predomínio do item c, com os recursos naturais se tornando vantagem comparativa e se abrindo para entrada de firmas estrangeiras no país. Nesse contexto, o autor mostra que há uma dependência do centro em relação aos recursos naturais da periferia, o que daria um poder político aos subdesenvolvidos. Porém isso só ocorreria se houve uma articulação entre uma massa heterogênea de países periféricos, onde muitos não são capazes de realizar esse enfrentamento.

Nos países periféricos, os recursos naturais sofrem dois tipos de pressões: uma do freio malthusiano; outra da elevação do nível de consumo conforme o desenvolvimento. Essas pressões são agravadas quando há um grande contingente de mão-de-obra na agricultura de subsistência em relação a indústria, pois há um desestímulo à inovação técnica para o melhor aproveitamento desses recursos. Em escala maior, isso ocorre na relação centro-periferia, mostrando como as grandes pressões sobre os recursos naturais já ocorriam, diferente do que acreditava o estudo do MIT. Para superar essa pressão sobre os recursos naturais, de fato não

deveria se adotar na periferia o modo de reprodução dos países do centro, mas sim pensar outras formas de desenvolvimento possíveis, colocando objetivos e modelos que dão relevância a um melhor aproveitamento dos recursos naturais.

Passando agora para o quarto grupo de temas e termos de conteúdo geográfico conforme o número de repetições apontadas no Quadro 3, porém com bem menor relevância em relação aos outros três já destacados, temos Mobilidade, Fluxos e Fronteiras. Para Furtado, a fronteira de expansão do capitalismo é limitada, o que significa que a concorrência vai se dar em um espaço delimitado pelo mercado consumidor e vai gerar monopólios quando as empresas não conseguirem crescer horizontalmente. Assim, todo país vai ter que lidar com grandes empresas, dirigidas de dentro ou fora das suas fronteiras. Todavia, o sistema capitalista busca meio de superar suas fronteiras, em busca de recursos naturais, mão-de-obra ou mercado consumidor, se direcionando aos países subdesenvolvidos onde instala uma nova fronteira. A delimitação de uma fronteira é comum no sistema capitalista, mas leva em conta uma mobilização psicológica e um conjunto de regras de comportamento. Como exemplo, Furtado utiliza o caso da Alemanha e Japão, onde a Guerra Fria criava uma condição psicológica para esses países se alinharem aos EUA que havia sido um inimigo desses países na Segunda Guerra Mundial. Isso só ocorre com um conjunto de regras que são estabelecidas entre os países, com o Estado tutelando essas regras e mantendo a integridade dessa fronteira.

Por último, temos dois grupos de temas e termos de conteúdo geográfico com quase a mesma recorrência de aparição: Demografia e Migração Populacional e Urbanização e Estrutura Agrária. O primeiro deles, já foi mencionado aqui quando falamos das pressões sobre os recursos naturais, ou seja, do freio malthusiano. Já o segundo, trata da mudança da agricultura de subsistência para a agricultura comercial não implicar na substituição de uma agricultura tradicional em uma moderna, mesmo gerando um aumento de renda. Essa mudança ocorreu em países subdesenvolvidos e a renda gerada foi utilizada no processo de modernização. Na industrialização do Brasil a renda capturada pelo crescimento da agricultura, teve conexão com o comércio exterior e formou uma disparidade entre áreas rurais e urbanas no país quanto a função exercida, qualidade de vida, massas de pessoas subempregadas em zonas urbanas, etc. Isso se deve, em grande parte, as poucas transformações ocorrida no campo que se mantinha tradicional, enquanto o ambiente urbano se modernizava com a renda do campo.

A partir da análise dos temas e termos de conteúdo geográfico presentes na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, passamos para análise dos conceitos centrais da geografia identificados no livro, assim dando mais aspectos daquilo que pode ser entendido como conteúdos geográficos de Furtado contidos nessa obra.

Quadro 4 – Conceitos Centrais da Geografia no livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, 1974)

1º	Área	12
2º	Espaço geográfico	12
3º	Fronteira	11
4º	Região	8
5º	Território	2
6º	Lugar	2
7º	Meio geográfico	2
8º	Paisagem	1

Conforme apresenta o Quadro 4, há poucos conceitos centrais da geografia sendo tratados de forma direta pelo autor nesse livro, principalmente se compararmos com os Quadros 2, 6 e 8. Todavia, o conceito de Fronteira, terceiro mais citado e uma vez menos que o primeiro, é diretamente tratado pelo autor nessa obra. Como já explicado anteriormente, esse conceito faz referência ao espaço econômico em movimento, a forma como ele se expande e se desloca por aquilo que, nessa obra, o autor chama de sistema econômico internacional ou planetário.

Podemos dizer que o conceito de Espaço Geográfico, Área, Lugar, Região e Território são agregados com o mesmo sentido para o autor, uma vez que ele os trata a partir da diferenciação de um ambiente em relação a outro. Isso pode ser visto na sua visão sobre centro-periferia, no deslocamento das empresas multinacionais, nas diferenças entre as regiões urbanas e agrárias, ou ainda na localização de ambientes com recursos naturais, mão-de-obra e técnica disponíveis.

Por fim, cabe destacar o conceito de Paisagem, única vez que esse conceito tão caro para Geografia aparece nas quatro obras analisadas. Tal conceito é utilizado pelo autor como “paisagem cultural” e faz referência a um mecanismo de autodefesa de pequenas empresas nacionais a medida que sofrem com a concorrência instalada pelas empresas transnacionais. Nesse contexto, tais firmas em conjunto de alguns grupos de classes populares recorreriam a um nacionalismo (no melhor sentido positivo do termo), fazendo com que uma empresa antes

vista como anacrônica perante uma transnacional, passa a ser vista como “paisagem cultural” a ser preservada.

2.3 O livro *Pequena Introdução do Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*

A obra *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar* (FURTADO, 1980) foi escrita com o objetivo de ampliar as áreas de estudos a respeito do desenvolvimento. Nesse livro, Celso Furtado apresenta uma visão de desenvolvimento como transformador da realidade social do Homem nos seus mais complexos aspectos, conforme realiza mudanças nas sociedades. Assim, compreende o desenvolvimento como um processo global, que longe das reduções econômicas e sociais, merece ter espaço nos debates de outras ciências sociais.

O livro é dividido em 12 seções, onde Furtado discorre sobre diversas formas de contemplar o conceito de desenvolvimento a partir dos seus mais distintos desdobramentos. Na primeira parte, o autor foca no conceito de desenvolvimento como visão global, concebendo-o a partir da visão de progresso que permeia as sociedades, assim como seus nuances com relação a tecnologia e a racionalidade instrumental difundida socialmente. Na segunda parte, Celso Furtado trás o conceito de desenvolvimento como contraponto ao subdesenvolvimento, explicando como ambos nascem intrínsecos, a partir de sua visão sintética sobre o tema construída na leitura de alguns autores que são discutidos na terceira seção do livro.

Na quarta parte, Furtado apresenta os conceitos centrais para temática. Entre esses conceitos, temos o de estrutura, causalidade, função de produção, inovação, acumulação, etc. Tendo como base esses conceitos principais, ingressa na quinta parte dando luz a dialética entre inovação-difusão das técnicas, tendo como base o processo acumulativo e da divisão social do trabalho. Na sexta parte, o debate passa a ser as formas como o processo cumulativo é apropriado e como as diferenças de desigualdades estão relacionadas com esse processo, inclusive dedicando um capítulo para analisa-las conforme a história.

Na parte sete, o autor passa a se dedicar as relações internacionais. Aqui ele desenvolve as relações entre centro e periferia e como a evolução histórica concebeu as diferenças entre esses dois polos, determinando a divisão internacional do trabalho e condenando a periferia ao baixo desenvolvimento das forças produtivas. Na parte oito, o autor trabalha com a questão agrária e suas influências no desenvolvimento das forças produtivas. Já na parte nove, trabalha

com a questão industrial, dando destaque ao seu desenvolvimento e mostrando as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Chegando à décima parte, Furtado se dedica a descrever a crise do sistema de divisão internacional de trabalho, considerando o seu impacto na periferia, bem como a desorganização desse sistema no período da Primeira e Segunda Guerra Mundial, e terminando em apontar qual o papel do Estado a partir da conclusão desses conflitos. Na parte onze, Furtado se dedica a relação entre Estado e empresas transnacionais nas economias da periferia, discutindo sobre um novo sistema de divisão internacional do trabalho que surgia na época em que o livro foi escrito. Por fim, mas não menos importante, o autor analisa a Ordem Econômica Internacional, destacando a necessidade dela ser reorganizada a partir das crises estruturais que tende a sofrer.

O que foi levantado de a respeito dos temas e termos entendidos como conteúdo geográfico nesse livro foram organizados abaixo, no Quadro 5; já os conceitos centrais da geografia localizados nessa obra, foram organizados no Quadro 6:

Quadro 5 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico no livro *Pequena Introdução do Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar* (FURTADO, 1980)

1º	Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos	100
2º	Aspectos Técnicos do Desenvolvimento	79
3º	Geografia Física e Recursos Naturais	47
4º	Urbanização e Estrutura Agrária	35
5º	Demografia e Migração Populacional	12
6º	Mobilidade, Fluxo e Fronteiras	9

O Quadro 5 mostra que entre os temas e termos de conteúdos geográficos presentes na obra *Pequena Introdução do Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, se destaca o grupo relacionado a Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos, destoando dos demais. Furtado trata desse grupo ao destacar que as transformações ocorridas por conta do desenvolvimento do sistema mundo não são possíveis de serem captadas em modelos de crescimento, pois eles não delimitam a relação entre sistema econômico e ecossistemas. Os modelos econômicos não são suficientes para captar, também, transformações relacionadas emergência de transnacionais e na criação de liquidez, distribuição geográfica do produto ou impactos nas economias nacionais. Um exemplo da insuficiência desses modelos,

que podemos empreender ao longo da obra, está nele pensar o excedente gerado por uma sociedade desconsiderando os seus aspectos geográficos ou as relações de poder.

Tratando da relação entre a criação de excedente e do poder social de um determinado local, Furtado mostra a importância de se levar em conta o conteúdo local. A criação de um excedente se dá pela diferença entre seu custo de reprodução e todos os recursos produzidos. Para contabilizar isso, Furtado afirma que seria necessário estender o padrão de vida do trabalhador local não especializado em alguma atividade produtiva, conforme discrepâncias regionais e rural-urbana, para igualá-lo ao restante da sociedade que vive acima do nível de subsistência, definindo o custo de reprodução dessa sociedade. O trabalhador não especializado está abaixo do nível de subsistência, portanto, gerando um excedente além do nível que deveria estar gerando. Ao subtrair esse custo de reprodução da sociedade do produto total, chega-se ao excedente. O poder social, por sua vez, surgido em comunidades especializadas em alguma atividade produtiva não é resultante da sua capacidade dela reter o seu excedente, uma vez que é necessário levarmos em conta que sociedades urbanas capitalistas do passado tinham seus excedentes apropriados por outras regiões, geralmente em troca de tutela e proteção. Isso implica que a produtividade, diversificação dos padrões de consumo e difusão de novas técnicas eram os fatores principais para o aumento do poder social nesses locais. Sem uma concepção além da econômica, como as relações de poder local e disparidades regionais, não seria possível chegar nessas conclusões.

Na formação do sistema mundo, o autor busca explicá-lo a partir das modificações que ocorram não serem uniformes, após a formação do primeiro núcleo industrial, mas em três processos distintos: 1. no primeiro processo, o núcleo industrial se sobressai ao sistema feudal e atividades artesanais, fazendo emergir burguesias regionais que reclamaram seu direito por determinado território como seu mercado, construindo o sistema nacional de poder com subsistemas econômicos complementares e economias externas atreladas ao núcleo industrial; 2. no segundo processo, há o deslocamento de europeus para territórios Oceania, África do Sul e de clima temperado na América do Norte, sendo o fator físico do território fundamental, pois foi realizado de início na ampliação da base de recursos naturais e de atividades agrícolas com retornos crescentes por parte da Inglaterra, que em seguida deu condições para o estímulo da iniciativa individual e à inovação institucional que culminam num segundo núcleo industrial; 3. finalmente, o terceiro processo faz referência a modernização, que mantém formas tradicionais de produção e cria um padrão de consumo não realizado internamente, obrigando

o país a se especializar e se inserir na divisão internacional do trabalho, incorporando recursos naturais e mão-de-obra da periferia no centro do sistema e criando a situação de dependência. Esses três processos são os modelos que formam o sistema mundo.

Montando um modelo para explicar como se dá a apropriação do excedente realizados em países periféricos, Furtado destaca quatro situações de apropriação: a) exclusivamente em benefício do centro; b) uma parte por um segmento da classe dominante local; c) por grupos locais que o utilizam para ampliar a própria esfera de ação; d) de parte pelo Estado. O caráter geográfico dessa apropriação está em “a”, pois ocorre um reinvestimento fora do local de origem do excedente, resultando em não implementação de maquinário e, no limite de ocupação da capacidade produtiva, em altos salários; em “b”, que ocorre no contexto do processo de modernização, em que a acumulação passa a depender de uma burguesia local pequena; em “c”, que faz referência ao caso dos países do centro, onde a burguesia transforma o espaço na utilização do excedente; em “d”, onde o Estado passa a fazer a realocação dos excedentes em espaços que ele pretende desenvolver.

Na perspectiva histórica, as formas das relações externas impediam os países periféricos de se industrializar. A crise de 1929 e as disputas dos sistemas nacionais do centro vão ser a chave de mudança para essa situação. Com isso, na segunda metade do século XX, os sistemas nacionais no centro vão sendo desmantelados, dando espaço para empresas se estruturarem globalmente, unificando os espaços econômicos e privilegiando a economia norte-americana, graças a seu poder tecnológico e seu amplo mercado interno. Nesse contexto, ao passo que as economias da periferia tentam sua industrialização no seu espaço nacional, os países centrais se empenham em se integrarem no espaço mundial. As economias da periferia passam a não ter escala global, tendo competitividade nos recursos naturais, e a substituição de importações não gera uma demanda diversificada, mantendo baixos salários. Esse processo leva uma vulnerabilidade das economias periféricas, que passa a ser explorada pelas transnacionais, tornando a periferia um espaço semi-industrializado e orientado para fora. Isso remodela a divisão internacional do trabalho e molda a Organização Econômica Internacional (OEI), onde somente uma modificação dela alteraria as condições de subdesenvolvimento.

Após uma análise da formação da OEI do período em que a obra foi publicada, o foco passa a ser em explica-la conforme a regionalização do mundo em quatro blocos: a) o Primeiro Mundo, com as economias industrializadas capitalistas, que tem três vezes a produtividade

mundial; b) o Segundo Mundo, formado pela URSS e outras economias socialistas, que tem 1 vez e meia a produtividade mundial; c) o Terceiro Mundo, sendo um grupo com vários países heterogêneos que tem em comum a dependência e o atraso de suas forças produtivas, tendo um terço da produtividade mundial; d) e por último, a China, com um processo histórico autônomo, com um quarto da produção mundial. Para Furtado, as desigualdades da OEI ficam claras quando se leva em conta que um terço da população que reside no terceiro mundo e na China estavam em nível de pobreza absoluta.

Pensando o processo de desenvolvimento dos EUA, no contexto da OEI, é notório o processo de difusão mundial do tipo de tecnologia produzido nesse país. A economia norte-americana usou sua hegemonia do pós-guerra para projetar seu sistema produtivo no mundo, ampliando sua base de recursos naturais e criando vinculações por intermédio da ampliação das transnacionais. Por outro lado, isso travou o seu desenvolvimento interno, declinando sua taxa de crescimento e produtividade no tempo. Para Furtado, o protecionismo seria um meio de beneficiar os EUA na recuperação da sua produtividade interna, diferente do caso da Comunidade Econômica Europeia (CEE), por exemplo, que deveria estabelecer um processo de integração regional. Caso esse quadro ocorresse, deveria haver uma mudança no controle da economia mundial, com as transnacionais sendo preteridas a empresas com bases locais e regionais.

Em leitura ao espaço mundial, o autor destaca três subsistemas econômicos do Primeiro Mundo: EUA, CEE e Japão e as respectivas transformações que viriam a sofrer, já que o processo de integração das economias centrais já não era o motor do sistema no período em que escreve, mas sim a entrada das transnacionais no Terceiro Mundo. Nesse contexto, o autor aponta duas possibilidades possíveis: a volta ao protecionismo e ruptura da tendência de três subsistemas, com fortalecimento interno de cada um deles. Ou a manutenção dos três com a acentuação do antagonismo Norte-Sul (centro-periferia) e crescente integração do Terceiro Mundo, com base nos seus recursos naturais e mão-de-obra barata.

Já passando a mesma leitura para o Segundo Mundo, a concepção é que ele tenderia a reduzir seu desenvolvimento, pois estava pautada no setor bélico e não em uma diversificação da economia, além disso, no plano político, a URSS tinha perda de eficiência produtiva devido as subsequentes crises no Estado. Já China, por sua vez, tinha um atraso nas suas forças produtivas, mas estava em um processo de assimilar o desenvolvimento tecnológico do centro

do sistema, desenvolvendo o modo de consumo Ocidental em uma sociedade orientada. Assim, para superar essas disparidades entre os quatro blocos e a pobreza que estava submetida as nações do mundo subdesenvolvido, Furtado aponta que deveria haver uma alteração na OEI, de modo que se rompesse a tutela tecnológica e financeira que impede o desenvolvimento dessas nações.

Passando para ao grupo de temas e termos de conteúdo geográfico referentes aos Aspectos Técnicos do Desenvolvimento, o autor parte da leitura que os economistas clássicos fizeram do papel da técnica como forma de contornar a escassez de um fator de produção, ao nível de uma unidade de trabalho, em uma visão microeconômica. Porém, o progresso técnico só pode ser percebido por uma visão global do sistema social, inclusive da sua relação com o meio físico, sendo então um conjunto de transformações sociais que torna possível o processo de acumulação, reproduzindo a sociedade capitalista. Isso só se realiza se um conjunto de recursos for postergados para o futuro ao invés de consumidos de imediato, podendo ser na forma de poupança ou fundos, reinvestidos na formação de capital. Dado que acumulação de capital tende a rendimentos decrescentes, o progresso técnico é a única forma de realizar a alteração desse processo de duas formas: do ponto de vista microeconômico, diminuindo a participação de mão-de-obra no processo produtivo; ou do ponto de vista macroeconômico quando altera o processo social, ou seja, alterando as jornadas de trabalho, massa salarial e a desigualdade social, mas dando manutenção a estrutura de privilégios de uma sociedade capitalista.

Interpretando o conceito de desenvolvimento, o autor afirma que ele é utilizado de duas formas: 1. a evolução do grau de satisfação humana, tanto do ponto de vista da sobrevivência, como de um valor cultural; 2. a evolução de um sistema social de produção, com o progresso técnico como meio de ampliar o sistema de produção e sua produtividade. Por vezes, as duas noções não estão alinhadas, pois a implementação de técnicas sofisticadas tem efeito no segundo caso, mas não implica em melhores condições de vida, principalmente pensando nos desgastes ao meio ambiente e na desigualdade social, com o consumo e acumulação destinado a apenas um pequeno grupo.

Compreendendo a técnica pela sua noção cultural e as consequências daí derivadas, é mencionado que ela é uma forma de programação em código que tem como ponto de partida a ação, ou seja, o esforço orientado para um fim, isto é, uma racionalidade traduzida na forma de

símbolos. Na técnica há uma concepção teológica, com seu nível de racionalidade definido por essa concepção. O progresso técnico é fruto da criatividade humana, da faculdade do homem para inovar, possibilitando o avanço da racionalidade no comportamento social e no desenvolvimento que passa a ser associado a eficiência. Assim, a criatividade humana tem sido canalizada para a inovação técnica, sendo que essa só é realizada devido ao processo de acumulação, fazendo com que, nesse contexto, a capacidade humana esteja destinada em um misto de inventividade e acumulação. Um processo em que ocorre a difusão técnica sem a inovação vai se limitar a um processo de acumulação, o que implica na manutenção dos mesmos valores sociais. Por outro lado, se a difusão técnica ocorrer após um processo de inovação, o que temos é uma mudança nos parâmetros da sociedade, como por exemplo na substituição do transporte a cavalo pelo automóvel. Todavia, mesmo com essa alteração nos valores de uma sociedade, ela da manutenção a uma estratificação social que configura um sistema de poder, sendo a base para que o sistema econômico prospere.

A concepção da técnica em um sistema produtivo parte da noção de que ela seja um comportamento codificado de um grupo social de forma inter-temporal. Isso acontece, porque dado que ela é resultado de um processo de acumulação realizado por um grupo, acaba por fazer uma ponte no tempo com um novo grupo de trabalhadores presente na fábrica. Esse novo grupo existe, porque a própria técnica prescinde em uma reconfiguração da divisão interna do trabalho na fábrica. Assim, o avanço técnico acaba tendo dois planos de racionalidade: 1. aqueles que trabalham e não enxerga o processo intertemporal espalhado nas mais diversas fábricas; 2. a autonomia do sistema econômico que condiciona o modo de vida social.

O nível de determinada técnica é definido pelo conjunto de limitações impostas à combinação de trabalho presente com o trabalho passado, de forma que eleve o a produtividade do trabalho presente. Uma economia com o nível técnico atrasado consegue realizar um processo de crescimento até alcançar a tecnologia existente. Porém, alcançando o estado da arte da tecnologia, ela passa a depender de criatividade e esforço acumulativo de agentes que buscam se apropriar de parte do excedente gerado no processo de acumulação para criar novas tecnologias, que vão alterar o nível técnico e a composição da demanda final. Quanto mais elevado o nível de desenvolvimento de um país, maior sua capacidade de realizar inovações técnicas, pois tem maior capacidade de realizar o processo acumulativo, superando rigidez na estrutura social interna, principalmente se ela for dependente como no caso dos países subdesenvolvidos.

Para Furtado, existem dois agentes que fazem avançar um sistema econômico: aqueles que operam no sentido de se apropriar do excedente produzido e aqueles que pressionam por maiores salários. No caso do segundo, por consequência da sua tentativa de aumentar sua parte no excedente, pressiona o primeiro a utilizar os seus excedentes pelo avanço técnico para poupar mão-de-obra. Esse tipo de relação impede que exista uma sociedade igualitária, pois essa teria que ser montada como meio de todos terem parte igual no excedente e não nesse sistema de pressões pela sua apropriação. O autor afirma que a figura do excedente sempre existiu na história, sendo sua apropriação vista na concepção de diferentes vestimentas, santuários, funções de guerra, etc. deixados a posterioridade, traço visível em diversas culturas a todos os níveis de desenvolvimento da técnica.

A técnica sempre esteve associada ao modo de organização social, sendo que na sociedade capitalista, ela está associada a novos produtos e acumulação de capital. A difusão de determinada técnica, dado sua eficiência superior, opera na homogeneização do processo produtivo e por consequência da sua produção e do consumo. Nesse contexto, o consumo se banaliza e toma altos níveis de desperdícios, já que reflete em primeiro lugar a diferenciação social daqueles que tem condições maiores de se apropriar do excedente, para em um segundo plano se relacionar com o bem-estar da coletividade.

Pensando em especial nas técnicas de agricultura, Furtado aponta que para elas serem consideradas como tradicional ou moderna vão depender do seu papel na produção. A agricultura tradicional é característica pelo estado estacionário da técnica, implicando que sua expansão não depende do nível da técnica, mas da incorporação de novos recursos. Na agricultura moderna, por outro lado, a formação de excedente vai se basear em critérios mercantis e depende de um conjunto de operações que se realizam ao nível de combinação dos insumos e da competitividade do produto final, fazendo com que a técnica esteja em constante evolução. Em sociedades periféricas, a simbiose entre o tradicional e o moderno caracteriza a agricultura, na qual se identifica três tipos de exploração: a) Exploração do tipo familiar ou comunitária, realizada por intermédio da exploração autoritária e varia conforme a relação da população com a terra e técnicas disponíveis; b) Exploração do tipo senhoril, caracterizada pelo pagamento da mão-de-obra com a posse da terra para a agricultura de subsistência, sendo ela geralmente tradicional e de base autoritária, gerando grande contingente de desempregados dado que parte da terra é voltada para geração de excedentes; c) Exploração capitalista, onde todos os recursos têm preços de mercado e o excedente tem sua origem em transações

mercantis, sendo que o preço da mão-de-obra vai refletir relações de autoridade implícita. Sendo a terra e mão-de-obra abundante, essa agricultura pode não ser exatamente moderna.

Pensando nas técnicas vinculadas a indústria dos países periféricos, Furtado fala que temos três tipos de indústrias que potencializam o seu crescimento: a) ligada ao setor primário-exportador, geralmente devido a incapacidade de exportá-lo *in natura*, como no caso da cana-de-açúcar; b) complementares à exportação; c) beneficiadas de proteção natural do território. Essas indústrias vão ser base para a inserção do país no mercado mundial, por onde abre caminhos para recursos financeiros e capitalização técnica que vão formar o processo de modernização. O Estado se torna um capitalizador desse processo, sendo o responsável por difundir o progresso técnico no desenvolvimento da periferia semi-industrializada que surge com a entrada de multinacionais.

Passando para o grupo de temas e termos de conteúdo geográfico que trata da Geografia Física e os Recursos Naturais, o autor sempre aponta no sentido desses recursos serem um meio de inserção das economias periféricas na divisão internacional do trabalho, no contexto de modernização, em favor da substituição de importações. Isso vai disponibilizar esses recursos para o mercado externo e montar a situação de dependência característica de países subdesenvolvidos. No contexto da OEI do período em que o Furtado escreve esse livro, os países subdesenvolvidos tomam parte em um tipo de desenvolvimento predatório com uso intensivo de fontes de energia e recursos renováveis, devido a dois fatores: a tecnologia intensiva e o consumismo, ambos não sendo capazes de ser executados internamente, obrigando a um desenvolvimento que também não está de acordo com melhores práticas ambientais.

Chegando ao quarto grupo de temas e termos de conteúdo geográfico, Urbanização e Estrutura Agrária, é afirmado por Furtado que a urbanização está associada a forma do capitalismo se reproduzir, uma vez que a maquinofatura foi responsável com o esvaziamento do campo e transformação de regiões artesanais e industriais, forçando uma migração para colônias ou aumento das zonas urbanas. Com isso, podemos destacar fatores como a urbanização caótica, desorganização da vida comunitária, etc. Para o autor, existem dois tipos de consumidores: 1. o primeiro tipo é a massa rural e urbana, integrada aos mercados de forma marginalizada, e os assalariados protegidos por legislação social, mas com renda próxima ao salário base. 2. o segundo tipo são os consumidores tidos como trabalhadores assalariados médio, autônomos e pequenos rentistas, e também os ricos superiores, profissionais liberais e

detentores de títulos de propriedades. O crescimento urbano tem impacto significativamente negativo em países subdesenvolvidos, já que suas economias dualistas geraram um complexo desempregados involuntários e consumidores do primeiro tipo, dando espaço para marginalidade urbana, apontadas por sociólogos latino-americanos, segundo Furtado. A construção de infraestruturas urbanas e residenciais são formas de acumulação fora do sistema de produção quando se trata do processo de modernização. Ela está relacionada ao modo de vida urbano e a um padrão de consumo externo, privilegiando a uma minoria, do segundo tipo, que terá acesso a essas infraestruturas.

Tratando em perspectiva histórica, Furtado descreve que o mundo era antigamente rural, sendo que mesmo durante a Revolução Industrial, apenas 10% da população vivia em zonas urbanas. O custo de vida das sociedades era basicamente de alimentos, fibras para vestimenta, material de construção e fontes de energia de origem rural. O trabalho era em nível familiar, ou seja, não ligado ao circuito comercial. Essa forma de vida ainda existe em parte da periferia, mas produzindo excedentes que sustentam a vida urbana e a modernização. A estrutura agrária é uma forma de estudo dos mecanismos de dominação social em que há extração autoritária de um excedente. Assim, podemos definir estrutura agrária como um conjunto de relações entre a população rural, a terra que esta trabalha e o produto deste trabalho, podendo ter um duplo objetivo quando forma excedente: a) disciplina de trabalho, afim de aumentar a produtividade, podendo chegar a casos de escravidão ou servidão; b) limitação do consumo da população que trabalha na terra, para se criar o excedente. Por vezes, esse excedente é extraído de forma não autoritária, mas de forma sistêmica, como a extração excedente pelo ambiente urbano do rural. Isso ocorre porque o trabalhador urbano tem seguro social e salário família, além de viver em uma região com maior infraestrutura, enquanto o trabalhador rural tem mais dificuldades em achar ocupação durante o ano. Furtado ainda apresenta um modelo para medir esse tipo de extração de excedente por zonas urbanas das rurais, que consiste na comparação da produção de cada tipo de região com produto total do país, e em seguida comparar a composição média da renda do trabalhador local e sua participação na renda média geral. Nesse contexto, o autor segue dizendo, como exemplo, que uma região agrícola com sistema de meação, por exemplo, o trabalhador tem para si a metade do valor líquido e a outra metade é um excedente que parte pertence a zona rural e outra parte na zona urbana. Se uma metade desse excedente for para a zona urbana e a produção agrícola for de 30% do produto total, 7,5% do produto é extraído da zona rural pela urbana. Operacionalizando esse modelo, Furtado aponta que em um país subdesenvolvido no período em que escreve o livro, 30% do produto geral era oriundo da

agricultura, ao passo que 60% dessa população era rural, demonstrando a diferenciação das duas zonas.

Apresentando um modelo de tipologia da estrutura agrária, o autor aparentemente descreve uma modelagem diferente do utilizado no livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, [1967]1983), agora com quatro hipóteses de tipologias de uso da terra: a) terras abundantes e de difícil acesso: onde a terra de melhor qualidade é adquirida por uma minoria, com possibilidade de acumulação, enquanto a maior parte da população vive em terras de baixa qualidade, geralmente na fronteira agrícola onde são mais baratas, uma vez que há grande pressão demográfica por elas; b) terras abundantes e de fácil acesso: se estabelece uma agricultura familiar, com possibilidade de escala e um maior custo de reprodução da população, já que o agricultor pode influenciar nos preços e adquirir excedente, que por vezes também podem ser adquiridos por intermediários financeiros ou comerciais; c) terras escassas e de difícil acesso: a situação mais dura de exploração rural, onde a população sem opções se submete a pagar renda pela terra pouco produtiva e de baixa capacidade de gerar excedente, formando sistemas do tipo senhoril e tradicional; d) terras escassas e de fácil acesso: essas terras são cultivadas por agricultura familiar, mas tende a degradar-se ou tornar-se escassas dado o crescimento demográfico, fazendo com que a agricultura busque a especialização para ter competitividade no mercado, sendo que o minifúndio, nesse caso, é um meio de exploração tão grande quanto o latifúndio. Nesse contexto, o Brasil se inseria no primeiro caso, onde surgem economias do tipo dualistas que comungam agricultura tradicional e moderna, dando condição de modernização para o país.

Após analisarmos quatro grupos dos temas e termos de conteúdo geográfico desse livro, chegamos aos dois grupos que apareceram em menor quantidade de ocorrência. O que se repetiu mais vezes entre esses dois é Demografia e Migração Populacional. Como recorrente em outras obras já apresentadas, esse grupo tem dois termos e temas que reaparecem nesse livro: 1. o primeiro, faz referência a migração oriunda de zonas rurais para urbanas no processo histórico do capitalismo, se agravando em situações em que o território tem grande quantidade de terra. Migrações também ocorre em locais com terras de difícil acesso, onde a população migra para fronteira agrícola como frente pioneira, como no caso do Brasil. 2. Já o segundo, está relacionado ao freio malthusiano, aparecendo quando Furtado afirma que sociedades totalmente igualitárias, não realizariam acumulação de excedente e, por consequência, inovações técnicas,

delimitando o crescimento demográfico a nível dos recursos naturais, onde operaria o freio malthusiano seria o limite desse processo.

Por fim, sendo o grupo de temas e termos de conteúdo geográfico com menor quantidade de ocorrência, Mobilidades, Fluxos e Fronteiras se apresenta quando Furtado critica os modelos econômicos derivados de Adam Smith que não considera a dinâmica das fronteiras e a circulação de pessoas, bens e mercadorias pelo mundo.

A partir da análise dos temas e termos de conteúdo geográfico presentes na obra *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, passamos para análise dos conceitos centrais da geografia identificados na obra e a forma como eles interagem com o restante do conteúdo geográfico, assim dando mais aspectos do pensamento geográfico de Furtado contido nessa obra.

Quadro 6 – Conceitos Centrais da Geografia no livro *Pequena Introdução do Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar* (FURTADO, 1980)

1º	Região	30
2º	Espaço geográfico	22
3º	Área	13
4º	Fronteira	5
5º	Território	4
6º	Lugar	1
7º	Meio geográfico	1
8º	Paisagem	-

Em relação a forma como Celso Furtado desenvolve os temas e termos de conteúdo geográfico, observamos que ele utiliza bem menos conceitos centrais da geografia diretamente nesse livro. O conceito mais utilizado, nesse contexto, é o de Região, que se aplica ao longo dos diversos conteúdos geográficos no livro. Ele está contido na análise feita pelo autor do sistema mundo, da organização da economia a partir das regiões centrais, das formas como o excedente é dividido geograficamente, do aspecto técnico ter uma tendência de concentração, das diferenciações locais da periferia e dos países subdesenvolvidos, nas formas como se dá a estrutura agrária, na divisão entre três mundos e a China e dos subsistemas econômicos, quando trata da OEI.

Os demais conceitos, à exceção de Fronteira estão todos presentes nos debates destacados acima. Em especial o conceito de Espaço Geográfico, tratado frequentemente na

concepção de expansão das zonas centrais para as periféricas, ou na forma como as empresas transnacionais buscam espaço para se estabelecerem e desenvolverem. Já o conceito de Fronteira, assim, como nas outras obras, aparece na perspectiva de deslocamento da fronteira agrícola ou da fronteira do sistema econômico, porém poucas vezes é citado.

2.4 O livro *A Fantasia Desfeita*

O livro *A Fantasia Desfeita* ([1989] 2007) é uma das obras autobiográficas de Celso Furtado, e no seu prefácio o autor declara que nessa época da sua trajetória – entre os anos de 1958 e 1964 -, se preocupou profundamente em realizar uma transformação significativa no Nordeste, assim que retorna de sua longa trajetória na CEPAL. Nesse contexto, Furtado aborda os problemas e soluções do desenvolvimento regional, à medida que avança com a institucionalização da Operação Nordeste e da SUDENE. Além disso, a obra é rica em detalhar “bastidores” dos movimentos políticos durante a década de 1950 até o ano de 1964, quando o autor é exilado pelo Ato Institucional No. 1, executado pelo regime militar que se instala no Brasil. Nesse contexto, ao longo das sete partes da obra, Furtado é explicitamente no debate em pró do combate das disparidades regionais, apresentando uma análise com conteúdo geográfico a respeito da região nordestina em diversas escalas.

Analizando o livro, a primeira parte contém uma caracterização sistemática da região Nordeste, onde destaca os “alicerces do subdesenvolvimento” (Furtado, 1989[2007] p. 209). No início do livro, o autor faz um levantamento histórico e geográfico, mostrando como as condições econômicas estão atreladas ao movimento de ocupação da região, a relação entre suas sub-regiões e sua dinâmica com o mercado externo, a partir de suas condições naturais. Por outro lado, na segunda parte, se empenha em contextualizar o Brasil no quadro mundial em que ele está inserido, mostrando como o seu processo de desenvolvimento se deu também dependente das disparidades regionais internas. A noção apresentada nas duas partes, vai ser a base orientadora dos projetos que a seguir vão ser implementados por Furtado em sua vida como gestor público/planejador para tentar criar condições que resultem no desenvolvimento do Nordeste.

Na terceira parte, o autor descreve como foi sua retomada ao serviço público como membro do BNDE, no qual buscou focar em um projeto para a região Nordeste que não estivesse alinhado com Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTND) que, na sua opinião, era pouco articulado e fazia análises pouco significativas até então. Assim,

Furtado mostra sua trajetória até conseguir apresentar o seu Plano para a região ao então presidente Juscelino Kubistchek, onde retoma de forma sintética o que é demonstrado na primeira parte do livro, em discurso feito ao Presidente da República. O Plano consistia em realizar um planejamento para a região com o objetivo de transformá-la em um polo de desenvolvimento com base nas suas características locais. Para isso, Celso Furtado imaginava a região com uma agricultura planejada segundo as condições naturais locais e uma industrialização regional integrada entre os centros dinâmicos, afim de realizar uma diminuição de dependência do Centro-Sul e combater à fome, pobreza e miséria da região. Ao ficar surpreso com o Plano, Kubistchek o batiza de Operação Nordeste.

Seguindo a trajetória do autor, a quarta parte mostra como a Operação Nordeste se desdobra até a formação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO). Nesse contexto, o autor mostra como suas análises a partir do quadro geográfico e histórico resultariam na necessidade de alguns programas prioritários para combater os efeitos da seca que acometeu a região em 1958. Furtado apresenta ainda quais eram as principais forças sociais da região. Assim, retrata momentos em que participa de eventos como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, as discussões com os grupos sociais que ele vai definir como representantes da “indústria da seca”, dando muito destaque ao governador do Ceará Cid Sampaio, e também discute a ofensiva que o FMI prega contra o Brasil, a partir dos movimentos econômicos que realiza o governo de JK. Nessa parte, o autor mostra também uma de suas “conquistas” como gestor público, que foi a transformação do CODENO em SUDENE, dando grandes poderes de intervenção ao órgão para a transformação da região Nordeste. Por outro lado, também mostra uma de suas grandes “derrotas”: a não promulgação da chamada Lei de Irrigação, que buscava instituir mecanismos para criar uma distribuição democrática dos recursos hídricos na região.

Na quinta parte, o autor se dedica a apresentar as realizações da SUDENE no período entre os anos de 1959 - 1962. Assim, descreve sua batalha para a aprovação do I e II Plano Diretor da Superintendência como modo de realização de uma política concreta, eficaz e suprapartidária, que integrasse o governo de todos os estados nordestinos, levando em conta assim os interesses da região como um todo e não, somente, dos governadores locais de forma isolada. Na política de desenvolvimento para o Nordeste, o autor descreve os problemas com a escassez de técnicos, que se qualificavam na região nordestina para depois exercer sua função na região Centro-Sul. Outro ponto que o autor aponta é a expansão da área de atuação da

SUDENE até a fronteira maranhense, onde poderia englobar as terras úmidas daquela região na sua proposta de distribuição de terras para a produção de alimentos. Além disso, Furtado dedica partes da obra para descrever encontros com figuras conhecidas do cenário político e intelectual mundial, como o Filósofo Jean-Paul Sartre (1905-1980), o revolucionário Ernesto Che Guevara (1928-1967) e o ex-presidente americano John F. Kenedy (1917-1963), além de relatar uma experiência/visita ao recém-formado Estado de Israel. Ao longo dessa parte, o autor também vai mostrar qual sua relação com os EUA, quando defende a utilização de recursos americanos através da Aliança para o Progresso na América Latina para serem aplicados pela SUDENE. Segundo Furtado, quando estes recursos foram investidos, foram realizados por fora da autoridade da Superintendência, desrespeitando os planos estabelecidos, e não sendo eficazes para o combate da “indústria da seca”. O autor também analisa o contexto geral da política brasileira após a renúncia de Jânio Quadros, bem como o fato de que a entrada do presidente João Goulart (Jango) gerou uma “síndrome de Cuba” no governo norte-americano.

Na sexta e sétima partes, o autor se dedica menos a descrição ou análises da região Nordeste e parte para a descrição dos planos de política econômica que prepara para o Brasil. A frente do Plano Trienal, demonstra as características gerais e os principais objetivos das chamadas “Reformas de Base”, ressaltando a todo momento que se trata de um plano do governo e não um plano apenas do autor, como chegou a mencionar em público o próprio Presidente João Goulart à época. Em seguida, aponta o insucesso da visita do ministro das relações exteriores San Tiago Dantas (1911-1964) nos Estados Unidos, para angariar apoio político ao governo de Jango. No último capítulo da sexta parte, o autor dedica um momento a Raul Prebisch em uma homenagem realizada no Chile, na aposentadoria de seu influenciador e amigo da CEPAL.

A última parte, não menos importante, é dedicada a uma narração dos fatos finais de Furtado antes dele ser exilado do Brasil. Nessa parte, ele apresenta os projetos que a SUDENE concluiu, já que autor previa que seu momento como superintendente estava chegando ao fim, dado seu desgaste como Ministro Extraordinário do Planejamento do governo João Goulart. O autor também cita o quanto as ações da SUDENE eram combatidas pelas velhas oligarquias da região, assim como isso corroborou com o atrelamento da expressão “comunista” a sua imagem. Nesse momento, Furtado também descreve como ocorreu o declínio de Jango sob seu ponto de vista, bem como se deu a reunião dos militares no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, com o governador Miguel Arraes, um dos representantes mais

“ameaçadores” ao regime que se iniciava, resultando na deposição de Miguel Arraes do governo e na sua deposição da SUDENE. Sua cassação seria pedida pelo então coronel José Costa Cavalcanti em conluio com um antigo governador do Ceará, Cid Sampaio, a quem Furtado teve desavenças desde a Operação Nordeste.

O que foi levantado de respeito dos temas e termos de conteúdo geográfico nessa obra de Celso Furtado foram organizados abaixo no Quadro 7; já os conceitos centrais da geografia encontrados nessa obra, estão presentes no Quadro 8.

Quadro 7 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico no livro *A Fantasia Desfeita* (FURTADO, [1989] 2007)

1º	Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos	394
2º	Urbanização e Estrutura Agrária	36
3º	Aspectos Técnicos do Desenvolvimento	21
4º	Demografia e Migração Populacional	18
5º	Geografia Física e Recursos Naturais	10
6º	Mobilidade, Fluxo e Fronteiras	10

O primeiro conteúdo geográfico mais presente nessa obra são as Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos, contabilizando 394 ocorrências ao longo do livro, destoando de qualquer Tema ou Termo de conteúdo geográfico nessa e nas outras obras. A relevância desse tema para *A Fantasia Desfeita* em específico, parece se dar pelo fato do livro ser um testemunho de um momento da história do país, onde planejar a superação das disparidades regionais - e mostrar como o desenvolvimento seria possível – era uma preocupação central do Estado nacional. Só com políticas de cunho regional é que seríamos capazes de acabar com a miséria e o atraso nas regiões menos dinâmicas, e consequentemente desenvolver o país como um todo.

Em sua análise sobre a região Nordeste, Furtado inicia sua caracterização a partir de seus aspectos naturais, levantados quando está à frente do BNDE, realizando estudos sobre pedologia, climatologia, hidrologia, geologia, geomorfologia e vegetação. Também apresenta os aspectos culturais a partir da ocupação populacional, ressaltando que ela era ocupada majoritariamente por migrantes e não por “nativos”. A região também é tratada de acordo com formas de ocupação específica, como no caso da pecuária extensiva, área de plantação de algodão, área de fronteira agrícola, etc. Desta forma, aponta as possibilidades locais conforme

a estrutura econômica, onde destaca alguns aspectos negativos como a “indústria da seca”, a fome, a migração, a falta de mobilidade social e as desigualdades.

Para Furtado, as disparidades regionais eram motivo de conflitos por recursos da união por parte das elites locais, e encontrar uma solução para esse problema era um meio de celebrar um pacto nacional. A construção de Brasília exemplificava esse raciocínio, na medida que parte dos recursos destinados a cidade resultou na falta de investimentos no restante do país, sobretudo no Nordeste. Para superar essas diferenças, Furtado defende a industrialização do Nordeste, diminuindo sua dependência de importações do Centro-Sul e também estabelecer um plano rodoviário que integrasse os centros urbanos locais e seus mercados consumidores. A região deveria ser um polo de inovação e gerar seu próprio excedente.

Para Furtado, a corrupção local, principalmente no Departamento do Nordeste de Obras Contra a Seca (DNOCS) - base da “indústria da seca” – era um dos principais fatores que impediam o desenvolvimento do Nordeste. Além disso, também trata da importante participação do exército e de grandes líderes populares, como Miguel Arraes e Dom Helder Câmara, o segundo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos da Igreja Católica, além de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, como influentes na região. Um plano de desenvolvimento para a região seria um meio de reatar as elites locais em um pacto nacional, fazendo ela deixar de ser a “região problema”.

A região nordestina também é pensada dentro do quadro latino americano, principalmente quando colocada para receber recursos da Aliança para o Progresso, braço do Plano Marshall para a América Latina. Todavia, os investimentos realizados na região tiveram efeitos opostos ao pensado, já que a Revolução Cubana e o temor dos americanos que ocorresse novas revoluções na região, fez com que os recursos fossem direcionados a mão de políticos mais conservadores, que não eram favoráveis, por exemplo, a Liga Camponesa.

O Segundo Termo ou Tema de conteúdo geográfico de maior relevância é Urbanização e Estrutura Agrária, que conforme o Quadro 7, já está mais “equilibrada” em número de ocorrências em comparação com outras obras analisada. Nesse contexto, o autor aponta que a região Nordeste foi formada pela relação metrópole-colônia e organizada em dois subsistemas econômicos. Um surge a partir do excedente das exportações de atividades agrícolas em latifúndios com terras de boa qualidade. Atrelado a isso, havia a produção de alimentos destinada ao consumo das regiões urbanas, que surgem devido ao excedente de exportação, em

terras de baixa qualidade. Por sua vez, o ciclo de industrialização do Brasil aumenta a urbanização na região litorânea do Nordeste, dando origem a uma série de problemas urbanos, como falta de água encanada, poluição de poços pelas fossas, falta de energia elétrica, etc. No plano de desenvolvimento do Nordeste apresentado por Furtado para JK, é destacado que a agricultura em terras de pior qualidade gerava uma baixa produção, obrigando a importação de alimentos da região Centro-Sul por altos preços. Isso implicava na necessidade de altos salários para que a mão-de-obra migrasse da subsistência para exercer uma atividade urbana, dificultando a industrialização da região. Nesse período, o autor aponta que a instituição da Operação Nordeste foi capitalizada politicamente por candidatos a governadores que faziam propostas nos dois sentidos, tanto de distribuição de terras para produção de alimentos, quanto de industrialização das regiões urbanas.

O plano de desenvolvimento da região destacava que a agricultura local deveria ser pensada conforme as condições da região, ou seja, a agricultura da região semiárida deveria ser estimulada a culturas xerófitas, principalmente para alimentar o gado. Além disso, deveria diminuir a pressão sobre aquela terra, abrindo uma fronteira agrícola na faixa úmida sub-amazônica maranhense para produção de alimentos. Se houvesse maior produtividade na região semiárida, haveria uma renda capaz de demandar produção da região sub-amazônica, gerando uma retroalimentação dos dois locais.

Duas situações a respeito da relação urbano-campo são colocadas por Furtado ao longo do livro: 1. A primeira é na sua visita a experiência de Israel, o economista observa que o país é construído para as pessoas viverem na zona rural, em comunidades com uma cidade próxima, mesmo com os problemas hidrológicos locais. Isso só era possível dado ao planejamento do Estado no desenvolvimento técnico e na formação de agricultores. 2. A segunda trata da visita do filósofo Jean-Paul Sartre ao Brasil, em palestra na UNB, onde critica a concepção urbana elaborada por Oscar Niemayer a Brasília. Na sua concepção, a cidade foi pensada para o compartilhamento do espaço habitacional, em detrimento da privacidade tão cara ao filósofo. Assim, trata como desumano a eliminação do resto de espaço privado pela vida pública.

Refletindo a respeito do quadro social que se forma no início dos anos de 1960, Furtado descreve que a adesão de uma juventude a causa dos trabalhadores rurais e das Ligas Camponesas se dava pelo anacronismo da estrutura agrária não estar condizente com as transformações que passa o Brasil. Nesse contexto, lança um ensaio chamado “Reflexões Sobre

a Pré-Revolução Brasileira”, onde tenta desmistificar o marxismo para aqueles que o temiam, ao mesmo tempo que tentava mostrar como uma sociedade do tipo marxista-leninista não daria certo na transformação das estruturas agrárias do Brasil se houvesse uma coletivização forçada como no caso das experiências socialistas no restante do mundo, pois não levavam em conta a estrutura dualista da economia brasileiras. Com isso, defendia a necessidade de se ampliar os direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais do Brasil. Em 1962, em um manifesto ao campo progressista, resalta as reformas de base, onde estava incluída a reforma agrária. Nela, está contida a desapropriação de terras improdutivas, direitos a trabalhadores rurais, destinação de terras para produção de alimentos para o mercado interno, redistribuição das funções de fiscalização entre os entes da federação, orçamento destinado a reforma, entre outras coisas. Seu objetivo era aumentar a produtividade rural, combater as desigualdades e acabar com a fome no campo e nas cidades.

Por fim, em seu “testamento aos jovens do futuro”, escrito antes do autor ser exilado, Furtado mostra que o capitalismo era dividido em classes, em que a urbanização era um elemento dessa divisão ao conglomerar grandes massas heterogêneas de trabalhadores. Essa condição urbana foi um elemento para a consciência de classe, dando algumas vitórias aos menos favorecidos. Assim, pela primeira vez na história, nos conflitos haviam participações das classes populares e não apenas das classes dirigentes, sendo esse um fator de transformação da organização social.

Passando para o grupo de temas e termos de conteúdo geográfico referente aos Aspectos Técnicos do Desenvolvimento, Furtado levanta que a formação da região Nordeste por imigrantes resulta em uma população que não tem uma cultura sobre a técnica que seja adaptada a realidade local. A sociedade que emergiu na região semiárida, se formou com o avanço da pecuária e dispersão dos camponeses, configurando uma unidade de produção de base familiar sem capacidade de acumulação. As deficiências técnicas no Nordeste estavam associadas a meios de criação de barragens ou reter umidade no solo e de cultivar plantas xerófitas para a alimentação do gado. Por conta disso, o trabalhador do semiárido não tem capacidade de realizar o desenvolvimento técnico, semelhante a ambientes feudais, agravando não correspondência entre a técnica e o local em que ela estava inserida.

Dentro dos planos da SUDENE, havia a ocupação das áreas úmidas do Nordeste com parte da população do semiárido. No processo de ocupação dessa faixa, foi necessário instalar

uma estação experimental, com apoio de técnicos franceses, para estabelecer técnicas de plantio que respeitavam a floresta ao mesmo tempo que gerasse um desenvolvimento na região. Nesse sentido, quando tratamos dessa ocupação, é necessário passarmos para o grupo dos temas e termos de conteúdo geográfico associados a Demografia e Migração Populacional.

Furtado mostra como a pressão demográfica exercida sobre o solo nordestino tanto nas terras úmidas, quanto no semiárido, ocorre devido a destinação de terras de qualidade para a produção exportadora e terras de menor qualidade para produção de alimentos. Para diminuir essa pressão, a SUDENE pretende ocupar faixas úmidas na Bahia e na região sub-amazônica no Maranhão, redistribuindo terra para as pessoas do semiárido. No processo de ocupação das terras no Maranhão, há superintendência constrói uma estrada que liga São Luís a Belém, onde observa um deslocamento espontâneo da população, acompanhando uma linha de telégrafo, para a região a ser ocupada. Dado o baixo nível de subsistência dessas pessoas, Furtado resolve que seria mais vantajoso apoiar essa frente pioneira, montando um plano de realocação populacional.

Outro momento em que o autor trata desse grupo de temas e termos de conteúdo geográfico, está na análise da formação social da região Nordeste, ressaltando que ela é formada por imigrantes. Isso corre com a chegada dos europeus que dizimam a maior parte da população originária por resistirem ao processo de colonização. Em seguida, ocorre a migração de escravizados africanos, quando comprovado a insuficiência econômica dos indígenas nativos. O processo de colonização está relacionado com a formação do modelo centro-periferia, desta forma, a ocupação do Nordeste está diretamente associado a dinâmica econômica externa. Conforme a história avança, as dinâmicas sociais e políticas vão afastar uma parcela da população da vida pública local, destinando a região a oligarquias e vínculos parentescos, além de estimular a emigração para outras regiões do Brasil, dado a falta de oportunidade e perspectiva.

No que diz respeito aos dois últimos temas e termos com menor recorrência, destacamos a Geografia Física e Recursos Naturais e a Mobilidade, Fluxos e Fronteiras. Este primeiro conjunto de temas é tratado pelo impacto que as condições naturais de uma terra têm na produtividade agrícola, e como isso implicou no processo histórico de formação da região Nordeste. Nesse contexto, os fatores históricos, com base na diferenciação física da região, implicavam em um processo de desenvolvimento que favorecia a uma minoria proprietária de

latifúndios em terras de maior qualidade. É daí que nasce o conceito de “indústria da seca”, que Furtado utiliza na obra, mostrando como a seca era “produzida” pelos beneficiários dessa instituição que prevalecia no Nordeste, assim como as condições de superá-la deviam passar por uma economia que respeitasse e se adaptasse as condições naturais. No que diz respeito ao item Mobilidade, Fluxos e Fronteiras, estes fatores são tratados pela perspectiva da fronteira agrícola – principalmente -, quando o autor discorre sobre dois processos principais: 1. o avanço da pecuária para o semiárido, conforme a agricultura ocupava terras para produção exportadora; 2. a necessidade de abrir fronteiras agrícolas em regiões de terras úmidas na Bahia e no Maranhão.

A partir da análise dos temas e termos de conteúdo geográfico presentes no livro *A Fantasia Desfeita*, passamos para análise dos conceitos centrais da geografia identificados na obra e a forma como eles interagem com o restante do conteúdo geográfico, assim trazendo mais elementos para tentarmos identificar os aspectos principais do que seria o “pensamento geográfico” de Celso Furtado.

Quadro 8 – Conceitos Centrais da Geografia no livro *A Fantasia Desfeita* (FURTADO, [1989] 2007)

1º	Região	261
2º	Área	57
3º	Fronteira	7
4º	Espaço geográfico	5
5º	Território	5
6º	Lugar	2
7º	Meio geográfico	-
8º	Paisagem	-

Observando o Quadro 8 sobre os conceitos centrais da geografia presentes na obra *A Fantasia Desfeita*, temos como destaque o conceito de Região, seguido pelo conceito de Área. Ambos destoam dos demais conceitos que vão pouco aparecer na obra. Essa ocorrência tem a ver com as sucessivas análises que Celso Furtado faz do Nordeste ao longo do livro, bem como seu intuito de combater as disparidades regionais no Brasil. Também, não podemos esquecer as menções que ele faz à América Latina. Desta forma, busca na análise regional um plano de desenvolvimento para a região nordestina, utilizando o conceito de Área como uma parte delimitada da região. Ele também se utiliza do conceito de sub-região para tratar de partes menores do Nordeste. Sua noção da região como um todo, não o impede de particularizar as características de cada local que a compõe. Ao utilizar o conceito de Área ele está demonstrando

essas particularidades, para em seguida mostrar como os processos locais e externos formam a dinâmica nordestina.

Nesse sentido, os conceitos de Espaço, Território e Lugar, que aparecem menos, estão associados as mesmas dinâmicas descritas sobre os dois conceitos anteriores. Todavia, Furtado prefere se referir aos locais como Áreas do que utilizando esses três conceitos. Já o conceito de Fronteira, pouco aparece nesse livro, porém tem alguma relevância quando se trata de fronteira agrícola e nas delimitações estratégicas de operação da SUDENE, mostrando a importância da ampliação da zona de atuação para áreas úmidas como o Maranhão e a Bahia.

Assim como o conceito de Paisagem, desta vez também não há menção ao conceito de Meio Geográfico. A ausência do segundo, indica em grande parte que esse conceito, geralmente esteve associado ao meio físico, se apresentou de outras formas na obra. Assim, por mais que Furtado se debruçou por diversas vezes sobre o ambiente natural, não tem preferência pelo conceito de meio na sua análise.

2.5 Os Conteúdos Geográficos na obra de Celso Furtado: tentativa de síntese

Essa seção pretende apresentar uma síntese geral do que foi empreendido do pensamento de Celso Furtado nas obras analisadas, levantando dois quadros para analisar o conteúdo geográfico de Furtado de forma geral. Assim, pretendemos mostrar os aspectos que achamos por bem destacar do que seria seu pensamento geográfico, e que está atrelado a sua teoria do desenvolvimento (conforme as quatro obras analisadas).

A formação do sistema econômico mundial está, para Furtado, no processo histórico que gerou países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Ao longo desse processo, um núcleo de países realizou a Revolução Industrial antes dos demais, destruindo formas tradicionais de produção e realizando a privatização de mão-de-obra e recursos naturais. Com isso, houve o avanço da divisão do trabalho interna e inter-regional, com novas técnicas no processo produtivo e ampliando atividades comerciais. Esse processo gera vantagens comparativas aos países industrializados, ao mesmo tempo que realiza uma especialização geográfica e o progresso técnico, fazendo com que eles se tornem o centro do sistema econômico mundial.

Por outro lado, nos países subdesenvolvidos a relação metrópole-colônia vai especializá-los na exportação de produtos primários e importação de produtos industrializados,

se tornando a periferia do sistema econômico mundial. O processo social mostra que essa relação é benéfica para uma minoria da população da periferia, que tem sua renda oriunda das exportações devido a concentração de terras e posse de recursos naturais, ao passo que a maioria da população vai viver da agricultura tradicional a nível de subsistência. Essa elite vai ser o motor do processo de modernização, pois vai ser a parcela da população com capacidade de importação e que vai ter o seu padrão de consumo culturalmente semelhante aos países desenvolvidos. Desta forma, em conjunto com o Estado, a elite periférica se aproveita da população em nível de subsistência como poupança oculta, para realizar uma industrialização que atenda o seu consumo. A industrialização da periferia vai ter um nível de valor agregado e acumulação de capital insuficiente, já que o baixo salário não estimula uma ampliação do mercado consumidor e substituição de mão-de-obra em progresso tecnológico. Essa condição de industrialização, dá manutenção ao processo de especialização geográfica de produtos primários, que vai gerar renda para o padrão de consumo da elite, e uma massa de pessoas ligadas a uma economia pré-capitalista, que vai sobreviver de desemprego disfarçado que geram renda a nível de subsistência. Essa relação de centro-periferia tem como efeito a deterioração dos termos do intercâmbio, já que existe uma diferença no valor agregado entre os dois tipos de produtos, fazendo que o centro tenha mais renda gerada do que a periferia. Essa relação também gera uma dependência da periferia do centro, uma vez que sua renda é determinada pela demanda dos países desenvolvidos, enquanto os países do centro têm sua renda determinada por sua dinâmica de desenvolvimento interna.

As transformações dessa realidade social nos países subdesenvolvidos, que vai ser base das propostas da “mentalidade desenvolvimentista” no Brasil, obrigam o resgate da ideia de vontade política e da importância do Estado, visto que este era um dos agentes dominantes que adquirem parte da renda oriundas dessa forma de acumulação. A ideia do autor em relação ao Estado é que as macrodecisões que partem dele deveriam se voltar para superação das estruturas de dependência - e da deterioração dos termos de intercâmbio - que condicionam as economias ao subdesenvolvimento, ao transformar as funções de produção e de padrão de consumo das economias de industrialização atrasada. O conceito de planejamento e projeto nacional estão contidos nessa visão. Além disso, a partir da publicação do livro o “Mito do Desenvolvimento Econômico” (1974), Furtado vai introduzir na sua obra as questões ambientais, conforme a estrutura centro-periferia e os limites dos recursos naturais do planeta, apontando a necessidade de serem pensadas novas formas de desenvolvimento.

As concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento do autor foram de importância significativa à economia política e aos países onde teve correspondência prática. Nesse sentido, Celso Furtado atrelou uma visão global do sistema econômico e estudou as formas como ele se entrelaça com as matrizes próprias dos países onde ocorreu a industrialização. Em suma, ao seguir uma linha teórica contrária a teoria clássica, Furtado formula uma concepção estrutural e histórica, levando em conta dimensões sociais, econômicas e territoriais em sua obra. Na sua obra está contida uma perspectiva interdisciplinar entorno do pensamento sobre desenvolvimento econômico, que como já apresentamos na análise de quatro livros, tem relações diretas com a geografia. Nesse contexto, procuramos fazer uma síntese da ocorrência daquilo que denominamos temas e termos de conteúdo geográfico no Quadro 9, onde estão somadas todas as vezes em que estes termos aparecem em seus textos. Da mesma forma procedemos para tentar realizar uma síntese dos conceitos centrais que identificamos nos 4 livros (apresentados, por sua vez, no Quadro 10).

Quadro 9 – Temas e Termos de Conteúdo Geográfico Identificados nas Quatro Obras

1º	Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos	616
2º	Aspectos Técnicos do desenvolvimento	192
3º	Urbanização e Estrutura Agrária	117
4º	Geografia Física e Recursos Naturais	114
5º	Demografia e Migração Populacional	55
6º	Mobilidade/ fluxo e fronteiras	54

Em relação aos temas e termos de conteúdo geográfico que identificamos nos quatro livros analisados, podemos dividi-los em três grupos de maior influência, conforme suas repetições. O primeiro trata somente do que está relacionado às Escalas Geográficas e Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos, que como observado no Quadro 9 chega a ter mais de três vezes o número do segundo colocado, com conforme as repetições. O livro *A Fantasia Desfeita* é responsável por 394 das repetições, porém, as outras 222 repetições restantes, ainda o colocariam em posição superior aos demais temas e termos de conteúdo geográfico todos somados, uma vez que apareceu na primeira posição de três dos quatro livros com relativa vantagem (com a exceção do livro *Mito do Desenvolvimento Econômico*, onde fica a apenas 3 ocorrências do primeiro colocado).

A importância desse conteúdo geográfico está relacionada com a forma como o autor enxerga o processo econômico a partir da sua distribuição no espaço geográfico, por intermédio das diferenças regionais. Não por acaso, no Quadro 10, observamos os destaques para os

conceitos de Região, Área e Espaço Geográfico, como veremos a seguir. Construindo pontes por intermédio dos Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos, o autor parece constantemente precisar raciocinar de forma geográfica.

O segundo “bloco” de termos e temas no Quadro 9, é formado pelos Aspectos Técnicos do Desenvolvimento, Urbanização e Estrutura Agrária e Geografia Física e Recursos Naturais. Por se tratarem de três formas essenciais por onde Celso Furtado pensa o desenvolvimento, elas acabam tendo um grau significativo de importância para o autor. O primeiro destes temas tem grande importância na evolução dos sistemas econômicos tanto a nível de acumulação, quanto a nível de transformação, sendo possível afirmar que em nível qualitativo ele é central para determinar o caminho que dado sistema econômico está tomando em sua evolução. A importância disso para o pensamento geográfico de Furtado parece estar no fato dele analisar a técnica em si, mas nunca deixar de fazê-lo fora do contexto espacial, mostrando o rumo que cada lugar está seguindo conforme o grau de técnica desenvolvido, e de sua capacidade de substituir mão-de-obra, sendo o desemprego um reflexo das mudanças de produtividade e valor dos salários distribuídos.

Em relação ao tema da Urbanização e a Estrutura Agrária, ao longo de suas obras, Furtado passa mostrar as diferenças e relações entre os universos urbano e rural. A recorrência desse tema está principalmente no modo de reprodução social, nas disparidades do nível de salário e naquilo que é produzido nas duas áreas. Por este motivo, o autor trabalha, tipologias de produção da terra, sua apropriação e impacto que a sua distribuição tem no desenvolvimento econômico de um país, principalmente nos livros *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar* e *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. No caso do Brasil, marcado pelo latifúndio, no livro *A Fantasia Desfeita* é mostrada de forma concreta a transformação de uma região, mencionando as importâncias e desafios de planejar o espaço geográfico conforme esses dois aspectos básicos do território (o espaço urbano e o rural).

A perspectiva sobre Geografia Física e os Recursos Naturais parece ter uma evolução no pensamento de Furtado. Em todas as obras analisadas, os recursos naturais são mostrados como um fator adaptativo das técnicas de um local, que condicionam suas potencialidades de desenvolvimento. Entretanto, os impactos do esforço energético e do consumismo mundial são vistos na obra *Mito do Desenvolvimento Econômico*, que destaca os limites dos recursos naturais. A partir do livro mencionado, Furtado se preocupa em mostrar como o

desenvolvimento também está condicionado aos fatores naturais, de acordo com as relações centro-periferia, e como isso nos obriga a determinar os fins que esse processo precisa alcançar para que se justifique a utilização dos recursos. O convite a pensarmos outras formas de desenvolvimento possíveis está presente nas obras posteriores a citada, como podemos ver em *A Fantasia Desfeita*, quando o autor busca delimitar as condições de desenvolvimento possíveis para a região Nordeste nas décadas de 1950-60.

Em nossa proposta de síntese, podemos unir do Quadro 9 os temas Demografia e Migração Populacional e Mobilidade, Fluxo e Fronteiras. Esses temas apesar de menos recorrentes, são de grande importância em algumas obras. Sobre os aspectos de Demografia e Migração, cabe destaque ao conceito de “freio malthusiano”, recorrente em todas as obras analisadas. Esse conceito mostra como Furtado se preocupa com os limites de subsistência de determinado lugar, precisamente em áreas de países subdesenvolvidos. Já o tema das Migrações vai aparecer com maior relevância no livro *A Fantasia Desfeita*, uma vez que Furtado realiza planos de migração no planejamento da região Nordeste. Assim, mostra que a distribuição populacional é importante para o desenvolvimento de um local, inclusive pela pressão que ele realiza sobre o meio físico. Também importante para Furtado é a ideia de Fronteira, e não por acaso é o quarto conceito central da geografia que mais menciona, conforme veremos no Quadro 10 (a seguir). Esse conceito constantemente está relacionado com o deslocamento da fronteira agrícola ou econômica, sendo que, no primeiro caso, trata as diferenças e impactos da fronteira agrícola em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mostrando como a suas diferenças no processo de desenvolvimento de cada área. Já em relação a fronteira econômica, o pensamento geográfico do autor está explícito na sua análise do sistema mundo, onde está presente no deslocamento do modo de produção capitalista a partir da relação metrópole-colônia, assim como pelo processo de modernização. Desta forma, a espacialização da economia capitalista, a partir de um núcleo industrial no centro do sistema, e o deslocamento dessa fronteira econômica para o restante do mundo, produziu o sistema mundo atual com suas mais diversas contradições. O aumento da circulação de bens e mercadorias, própria da mobilidade que estimula o sistema mundo, tem efeito na densidade e a especialização geográfica dos fluxos que vão da periferia para o centro e vice-versa, apresentando as diferenciações entre as regiões do mundo quanto aquilo que estão especializadas em distribuir e receber (ou exportar e importar). Além disso, também trata das distribuições das empresas transnacionais, configurando outra face da mobilidade mundial, sendo cruciais para se entender como ocorrem as decisões no espaço mundial.

Quadro 10 - Conceitos Centrais da Geografia Identificados nas Quatro Obras

1º	Região	336
2º	Área	93
3º	Espaço geográfico	52
4º	Fronteira	40
5º	Território	13
6º	Lugar	7
7º	Meio geográfico	5
8º	Paisagem	1

Conforme mostra o quadro, o principal conceito da geografia trabalhado nas obras de Celso Furtado é o de região. Isto ocorre, ao nosso ver, pois o autor tem um livro inteiro – *A Fantasia Desfeita* - focado na solução para uma das disparidades regionais brasileiras, que é o caso da região Nordeste. Somente nesse livro, o conceito tem 261 repetições, muito acima dos demais. Além disso, se observamos as quatro obras selecionadas veremos que a questão regional é uma das preocupações do autor, sempre com um nível alto de ocorrência. Para Celso Furtado, as disparidades entre as regiões urbanas e rurais, entre centro-periferia ou ainda as regiões internas do Brasil, são fenômenos manifestados em sistemas econômicos com presença de subdesenvolvimento. Essa concepção se apresenta, por exemplo, quando ele trata das disparidades salariais entre regiões urbanas e rurais em economias dualistas, ou ainda, na deterioração dos termos de intercâmbio que favorecem regiões centrais em detrimento das periféricas. Essa forma de compreender o sistema econômico, nas mais diversas escalas, pode mostrar um aspecto do pensamento de Celso Furtado que contém um conteúdo geográfico que se utiliza da região como conceito para se formular essa compreensão.

Os conceitos de Área e Espaço Geográfico são outros dois conceitos de grande significado na narrativa do autor, sendo que o primeiro é mais tratado quanto a diferenciação de ambientes de determinadas regiões e o segundo tendo relevância na análise do conteúdo de um determinado Espaço e na sua capacidade de expansão. Cabe destaque o fato de Furtado utilizar o conceito de Área, em detrimento de Lugar, sendo que ambos têm sentidos semelhantes no pensamento geográfico identificado. Por último, poucas as vezes se viu o conceito de Meio Geográfico, sendo que quando apareceu foi associado ao meio físico, enquanto o conceito de Paisagem apareceu uma única vez associada a paisagem cultural.

Portanto, terminamos a análise sobre o conteúdo geográfico presente nas obras selecionadas, onde procuramos, ainda que de forma exploratória, dimensionar o seu pensamento geográfico por intermédio dos temas e termos de conteúdo geográfico, assim como

da mobilização pelo autor de conceitos centrais da geografia. Desta forma, buscamos explicar de forma detalhada como estes termos aparecem em cada livro, para em seguida demonstrarmos seus aspectos gerais, identificando as confluências que houveram sobre cada repetição a partir das quatro obras em conjunto. Assim, conseguimos identificar elementos que configuram o caráter geográfico e interdisciplinar do legado de Celso Furtado.

Considerações Finais

Após a análise dos conteúdos geográficos que identificamos na obra de Celso Furtado, podemos dizer que há vários elementos que compõe seu pensamento geográfico. Isso se relaciona diretamente com o momento em que escreve as suas obras aqui analisadas, uma vez que perdurava a mentalidade desenvolvimentista no território, dando força para a era dos economistas no planejamento em um país em construção. O conhecimento geográfico não ficou alheio ao processo de desenvolvimento e aos mecanismos de planejamento que surgem neste contexto. Por ter cumprido com estes dois “papéis históricos” – o de teórico do desenvolvimento e gestor público – nos parece que Celso Furtado também produziu um pensamento geográfico, que buscamos demonstrar ao longo da análise do seu discurso nos livros selecionados.

Podemos considerar que no livro *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, o pensamento geográfico do autor se pautou principalmente em observar a especialização geográfica do ponto de vista da história do capitalismo, que partiu de um núcleo central e se expandiu para o restante do mundo, se relacionando com o grupo de temas e termos de conteúdo geográfico referentes a Escalas Geográficas e Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos, que teve 88 ocorrências na obra. Outra característica da obra está relacionada ao grupo de temas e termos denominados Aspectos Técnicos do Desenvolvimento, com 55 repetições, já que a técnica depende do meio em que está inserida, conforme a sua capacidade de combinação de recursos, podendo chegar a um local por intermédio do comércio exterior, como no processo de modernização em economias periféricas. Outros temas e termos são trabalhados na obra, com menor ocorrência ainda que de forma relevante.

Na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Furtado destaca pela primeira vez com mais ênfase a questão do meio ambiente. Os principais temas e termos de conteúdo geográfico que aparecem no livro são: em primeiro lugar, os Aspectos Técnicos do Desenvolvimento (com 37 repetições) onde Furtado argumenta que a técnica se desenvolve de forma heterogênea nas diversas regiões do mundo e, também, dentro do contexto das relações centro-periferia; em segundo lugar, temos Escalas Geográficas e Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos (com 34 repetições), quando ele trata das condições locais da periferia e da sua unificação com o mundo, a partir do processo de modernização; e em terceiro lugar, aparecem trechos ligados à Geografia Física e Recursos Naturais (com 32 vezes). As menções à “geografia física” se deram

em grande parte pelo questionamento que o autor faz do livro, *The Limits of Growth*, apontando que os problemas ali tratados estavam fora de contexto com a estrutura do modo de reprodução capitalista (que dividia o mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos). Por isso, o livro desconsiderava a lógica concreta de como são utilizados os recursos naturais em cada país. Esses três temas tiveram repetições muito próximas, diferente dos demais (com pouco destaque).

No livro *Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*, o tema que parece configurar seu pensamento geográfico, de maior repetição, é Escala Geográfica e a Localização de Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos (aparecendo 100 vezes). Nestes trechos, Furtado fala do desenvolvimento do sistema mundo em todo seu aspecto histórico, dando origem aos países desenvolvidos (no centro do sistema), e aos subdesenvolvidos (da periferia). Celso Furtado ainda tem seu pensamento geográfico voltado para as relações internacionais, a divisão do globo nos “três Mundos” e a China, além de uma análise da estrutura da Organização Econômica Internacional (OEI) no seu tempo, o que vai fazer o conceito de região se sobressair com 30 aparições. Outros temas e termos de conteúdo geográfico de destaque nessa obra são aqueles ligados aos Aspectos Técnicos do Desenvolvimento (com 79 aparições), se aprofundando no conceito de técnica e progresso técnico, conforme a sua relação com o excedente econômico, a criatividade humana, alteração na sociedade e na cultura, nas formas de combinação dos fatores de produção, sua função intertemporal e condição de acumulação do capital. A técnica também é trabalhada na sua influência na agricultura - determinando quando ela é tradicional ou moderna - e na industrialização, principalmente relacionada ao processo de modernização da periferia. Nesse contexto, o autor destaca a heterogeneidade técnica manifestada nas diversas regiões do mundo.

No último livro, *A Fantasia Desfeita*, os conteúdos geográficos que podem ser atribuídos a um pensamento geográfico de Celso Furtado são mais relevantes em Escala Geográfica e Localização dos Fenômenos Econômicos, Sociais e Políticos, que destoou muito (com 394 repetições) em relação a outras obras, à medida que Furtado se preocupa com a solução das disparidades regionais como um elemento de união nacional, além de acreditar ser intolerável que o país tivesse alto nível de pobreza e miséria entre seu povo. Diferenciando o Nordeste em sub-regiões, com base em seus aspectos físicos, potencialidades de desenvolvimento e ocupação, Furtado relaciona suas tesas com o espaço afim de buscar soluções que reduzam as disparidades regionais com base no planejamento. Nesse contexto, os

conceitos que têm mais recorrência nessa obra são Área (57 vezes) e, principalmente, Região (261 vezes), que se relacionam diretamente com o tema da obra.

Em muitos aspectos, podemos perceber que as teses de Celso Furtado relacionadas com o tema geral do espaço geográfico - principal categoria da geografia -, tem influência direta com o período político em que vivia. Como pudemos evidenciar ao longo desta monografia, sua trajetória foi marcada por uma grande presença na vida pública, mas além disso, suas obras influenciaram uma série de economistas e cientistas sociais do período que eram atuantes no país. Assim, não é possível dissociar estes aspectos de seu pensamento geográfico do papel político que Furtado assumiu na história do país. Ele defendia teses que lhe custaram a liberdade democrática como cidadão, e que o condenaram ao exílio na chegada de um regime ditatorial-militar, mostrando o peso e força que suas ideias tinham naquele contexto. Poderíamos citar várias de suas ideias, mas no âmbito do pensamento geográfico, Furtado sempre buscou desafiar o *status quo* da relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, propondo transformações significativas nos espaços nacionais e criticando ferrenhamente o modo de desenvolvimento baseado na modernização em moldes capitalistas. Sem se posicionar como um autor “radical” ou “revolucionário”, não poupou esforços para mostrar como as desigualdades e as contradições estruturais do sistema capitalista que vigoram na periferia tendiam a prejudicar a condição de vida da maior parte da população destes países, em benefício de uma minoria. Dos projetos de industrialização elaborados pela CEPAL, passando pela criação da SUDENE (ativa no desenvolvimento de uma região marcada pela miséria), até a elaboração de um conjunto de Reformas de Base essenciais para mudança estrutural do país - que poderia guiar uma região continental a sua emancipação-, podemos afirmar que existe um pensamento geográfico na obra de Celso Furtado que certamente influenciou todas as suas ações nas funções públicas que cumpriu.

Em suma, aqui tentamos demonstrar a existência do pensamento geográfico de Celso Furtado, a partir dos conteúdos geográficos presentes em quatro obras selecionadas. Tratamos de cada item previamente categorizados, conforme sua recorrência e caráter qualitativo, dando detalhes de como o pensamento do economista estava indissociado da geografia, em vários trechos e passagens das obras analisadas. Atualmente se torna cada vez mais imperativo recuperar a obra de Furtado, já que ela representou mudanças significativas nesse sentido. Afinal, como dito pelo próprio autor “Nunca estivemos tão longe do país com que sonhamos um dia”.

Referências Bibliográficas

- BARREIROS, Daniel de Pinho. **A Legitimidade em Celso Furtado: novos discursos e a imagem de um intelectual.** Revista Intellectus. Vol. II. Ano 04. 2005.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em Busca do Desenvolvimento Perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso (1967). **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril, 1983.
- FURTADO, Celso (1959). **Formação Econômica do Brasil.** 34ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso (1989) **A Fantasia Desfeita.** In: _____ Obras Autobiográficas. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KEYNES, John Maynard. (1936) **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Saraiva, 2012.
- LECIONE, Sandra. **Região e Geografia. A noção de região pensamento geográfico.** In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.
- MANTEGA, Guido. **Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro.** Revista de Economia Política. Vol. 9. Nº4. Fundação Getulio Vargas, São Paulo: out/dez. 1989.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

- MORAES, Antonio Carlos Robert (1988). **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (1981). **Geografia: pequena história crítica**. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- RICUPERO, Bernardo. **Celso Furtado e o pensamento social brasileiro**. Revista ESTUDOS AVANÇADOS. Vol. 19. Nº 53. Pp. 369- 377. São Paulo: 2005.
- SANTOS, Milton (1978). **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed., 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. **Celso Furtado**. Revista ESTUDOS AVANÇADOS. Vol. 15. Nº43. Pp. 345-362. São Paulo: 2001.
- TENÓRIO, Fernando; WANDERLEY, Sergio. **Celso Furtado: um economista a serviço da gestão pública (1943-1964)**. Revista Administração Pública. Vol.52. Nº3. Pp. 507-526. Rio de Janeiro: maio/jun. 2018.